

**O CONCEITO SCOTISTA DE “CONHECIMENTO CIENTÍFICO” (*SCIENTIA*)
ESTÁ EM CONCORDÂNCIA COM A *EPISTEME* DE ARISTÓTELES?·**
DOES THE SCOTIST CONCEPT OF “SCIENTIFIC KNOWLEDGE” (*SCIENTIA*) STAY IN AGREEMENT
WITH ARISTOTLE’S *EPISTEME*?

Roberto Hofmeister Pich¹

Resumo

Especialmente no Prólogo da *Lectura* e da *Ordinatio*, João Duns Scotus expõe as suas convicções sobre o “conhecimento científico” (*scientia*), em que a recepção do conceito aristotélico de *episteme* é explícita. Na pesquisa sobre Scotus, dúvidas surgiram sobre os aspectos e os limites da adoção, por Scotus, desse último conceito. Neste estudo, busca-se defender a tese de que, apesar de expansões notáveis, Scotus inclui claramente, em seu conjunto de modelos de conhecimento científico, a ciência aristotélica em sentido estrito.

Palavras-chave: João Duns Scotus. Aristóteles. Conhecimento científico. Primeiro objeto. Certeza. Evidência. Necessidade. Contingência.

Abstract

Especially in the Prologue of *Lectura* and of *Ordinatio*, John Duns Scotus explains his convictions on the “scientific knowledge” (*scientia*), where the reception of the Aristotelian concept of *episteme* is explicit. In the research on Scotus, doubts arose on the aspects and the limits of the adoption, by Scotus, of that last concept. In this study, we attempt to defend the thesis that, in spite of remarkable expansions, Scotus clearly includes, in his set of models of scientific knowledge, the Aristotelian science in strict sense.

Keywords: John Duns Scotus. Aristotle. Scientific Knowledge. First Object. Certainty. Evidence. Necessity. Contingency.

Introdução

As motivações de Scotus e a natureza da sua análise do conceito de “conhecimento científico” (*scientia*) podem ser mais bem entendidas quando se atentar para o pano de fundo desse tema no pensamento filosófico da Alta Idade Média. No período de preparação da

· O problema erguido e debatido neste estudo, com respeito à teoria do conhecimento científico de João Duns Scotus, foi originalmente tratado por mim, entre um grande número de outros aspectos, in: Roberto Hofmeister PICH, *Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus*, Bonn: Universität Bonn, 2001. Eventualmente, as ênfases em torno desse ponto de enfoque ficaram, ainda e lamentavelmente, despercebidas pela pesquisa, motivo pelo qual parecia desejável, já há certo tempo, voltar ao assunto da *scientia* scotista e da *episteme* aristotélica. O presente artigo pode ser visto como uma ocasião para retomar os pontos de debate desejados, junto com algum grau de atualização da literatura de pesquisa na área.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade de Bonn, Alemanha. Professor de Filosofia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS. E-mails: roberto.pich@pucrs.br; roberto.pich@pq.cnpq.br.

Lectura de Scotus (provavelmente 1298-1299)², a aplicação do modelo aristotélico de ciência-*episteme* à teologia já era um processo estabelecido em termos da pergunta pela natureza do conhecimento teológico. No século 13³, muitos escolásticos refletiram sobre o caráter do conhecimento teológico sob a influência das orientações teológicas de Alexandre de Hales. Rigorosamente falando, a pergunta pelo *caráter científico* da teologia foi posta, por primeiro, pelo próprio Alexandre de Hales⁴. Pensando-se sobre o desempenho teórico de João Duns Scotus, é importante afirmar que as condenações de 1277 não bloquearam, essencialmente, a sua aplicação sistemática do modelo de ciência aristotélica à teologia. Ainda assim, é uma interpretação defensável dizer que certos conceitos filosóficos de Scotus foram “motivados” pela aplicação de considerações histórico-salvíficas à pergunta pelo caráter científico *da teologia*. Esses pareceres, para Scotus, como é bem conhecido, vêm na esteira e denunciam certa influência das condenações doutrinárias de 1277 sobre o seu pensamento teológico.

A pergunta pelo caráter científico da teologia, no modo como ela foi colocada por Scotus, ou seja, como parte da formação teológica na forma de comentários aos Livros das *Sentenças*, pressupõe a introdução e a lenta recepção dos *Segundos analíticos* de Aristóteles nas Faculdades de Artes, no século 13⁵. A mesma questão – e, portanto, não mais, acima de

² Sobre a datação do Prólogo da *Lectura* e do Prólogo da *Ordinatio*, cf. William J. COURTENAY, Duns Scotus at Paris, in: Leonardo SILEO (org.), **Via Scoti – Methodologica ad mentem Joannis Duns Scoti**, Roma: PAA – Edizioni Antonianum, Vol. I, 1995, p. 152, 154; Allan B. WOLTER, Reflections about Scotus’s Early Works, in: Ludger HONNEFELDER; Mechthild DREYER and Rega WOOD (eds.), **John Duns Scotus – Metaphysics and Ethics**, Leiden: E. J. Brill, 1996, p. 45-47.

³ Sobre as características e “os fundamentos do florescimento científico” da filosofia ocidental no século 13, isto é, no período da Alta Escolástica, cf. sempre de novo Philotheus BÖHNER und Étienne GILSON, **Christliche Philosophie**, Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, 1954, p. 401-415. Cf. também Kurt FLASCH, **Das philosophische Denken im Mittelalter. Von Augustin zu Machiavelli**, Stuttgart: Philipp Reclam Jun., 1995, p. 244-261.

⁴ A saber, “*utrum doctrina theologiae sit scientia*”. Um tratado sobre a ciência teológica, com respeito à natureza e aos métodos da doutrina teológica e à possibilidade do conhecimento de Deus, abre a *Summa Halensis*; cf. **Summa Halensis [Summa theologia]**, Tomus I, Liber Primus, Ad Claras Aquas (Quaracchi): Studio et Cura PP. Collegii S. Bonaventurae, 1924, Tractatus introductorius, q. I (*De doctrina theologiae*) cc. 1-7, p. 1-13. Cf. Elisabeth GÖSSMANN, **Metaphysik und Heilsgeschichte, Eine theologische Untersuchung der Summa Halensis (Alexander von Hales)**, München: Max Hueber Verlag, 1964, p. 15-27; Edward D. O’CONNOR, The Scientific Character of Theology according to Scotus, in: **De doctrina Ioannis Duns Scoti**, Roma: Cura Commissionis Scotisticae, Vol. III, 1968, p. 3-4; Josef FINKENZELLER, **Offenbarung und Theologie nach der Lehre des Johannes Duns Skotus**, Münster: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1961, p. 194: “O conceito de ciência, como Aristóteles o desenvolve nos *Analytica posteriora*, não é aplicado [por Alexandre de Hales] à teologia. A teologia é em primeira linha sabedoria, ciência somente em sentido lato”.

⁵ Em torno de 1159, os *Segundos analíticos* foram traduzidos pela primeira vez do grego para o latim, por Tiago de Veneza. Acerca dessa obra, Roberto Grosseteste escreveu, no início do século 13, um comentário. Aparentemente, além da complexidade do texto, as diferenças entre as teorias de conhecimento aristotélica e agostiniana foram os motivos por que o texto foi recebido de forma hesitante. Cf. Bernard G. DOD, Aristoteles latinus, in: Norman KRETZMANN; Anthony KENNY; Jan PINBORG (eds.), **The Cambridge History of**

tudo, o uso do conceito agostiniano de “sabedoria” – desempenha, desde o mesmo século, um papel decisivo na discussão sobre o “autoentendimento da teologia”, isto é, desde o século em que (em torno de 1200, com Paris), assim lembra Pannenberg⁶, surgem as primeiras faculdades de teologia e, em realidade, e mais fundamentalmente, também as primeiras universidades⁷.

O modelo aristotélico de ciência-*episteme*, que como tal foi tratado quase sempre junto com a consideração de outros modos de conhecimento, foi o modelo mais importante para a determinação do caráter epistemológico da teologia no século 13, desde a sua recepção por Tomás de Aquino (1225 – 1274)⁸. Rigorosamente, Tomás de Aquino foi o primeiro autor a fazer a aplicação completa do conceito aristotélico de ciência, nos *Segundos analíticos*, ao hábito da teologia⁹. E, de acordo com isso, não é difícil entender que a tarefa de precisar o conceito de ciência, no modo em que foi entendido por Aristóteles, era para Tomás de Aquino, como para João Duns Scotus, primeiramente uma tarefa do teólogo. O teólogo deve buscar esclarecer o caráter epistemológico da teologia como hábito de conhecimento e, portanto, ele deve “certificar-se, no nível do pensamento geral”, da verdade da teologia¹⁰.

Naturalmente, é necessário apontar para pelos menos dois aspectos adicionais que servem de pano de fundo ao problema em questão, e isso para além da tarefa da teologia que já foi mencionada, ainda que em estreita relação com a introdução dos *Segundos analíticos* de

Later Medieval Philosophy, From the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism 1100-1600, Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 46, 54-55; John LOSEE, **A Historical Introduction to the Philosophy of Science**, Oxford – New York: Oxford University Press, ³1993, p. 31-32. Um resumo da doutrina agostiniana da verdade e do conhecimento no contexto da recepção das teorias da ciência aristotélicas pode ser encontrado in: Eileen SERENE, *Demonstrative Science*, in: Norman KRETZMANN; Anthony KENNY; Jan PINBORG (eds.), **From the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism 1100-1600**, Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 498-499.

⁶ Cf. Wolfhart PANNENBERG, **Wissenschaftstheorie und Theologie**, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1973, p. 11.

⁷ Cf. Philotheus BÖHNER und Étienne GILSON, op. cit., p. 408-413; Étienne GILSON, **La philosophie au moyen age. Des origines patristiques a la fin du XIVe siècle**, Paris: Payot, 1950, p. 391-400; Wolfhart PANNENBERG, op. cit., p. 12. Cf. ibid., p. 16. Desde o século 13, “[...] trata-se, com a clarificação da relação com o conceito de ciência dominante a cada vez, ao mesmo tempo da posição da teologia na universidade”.

⁸ Cf. Ludwig HÖDL, *Von der theologischen Wissenschaft zur wissenschaftlichen Theologie bei den Kölner Theologen Albert, Thomas und Duns Scotus*, in: Albert ZIMMERMANN (Hrsg.), **Miscellanea Mediaevalia 20 – Die Kölner Universität im Mittelalter. Geistige Wurzeln und soziale Wirklichkeit**, Berlin: Walter de Gruyter, 1989, p. 20-21; Martin GRABMANN, **Die theologische Erkenntnis- und Einleitungslehre des hl. Thomas von Aquin auf Grund seiner Schrift „In Boethium de Trinitate“**. Im Zusammenhang der Scholastik des 13. und beginnenden 14. Jahrhunderts dargestellt, Freiburg in der Schweiz: Paulusverlag, 1948, p. 186-187.

⁹ Cf. Josef FINKENZELLER, op. cit., p. 196-197.

¹⁰ Cf. Wolfhart PANNENBERG, op. cit., p. 17-18.

Aristóteles na teoria do conhecimento da Idade Média. Ora, a aplicação do modelo de conhecimento científico aristotélico, nos *Segundos analíticos*, à teologia, estabelecida por Tomás de Aquino, foi ao mesmo tempo uma atividade filosófica em dois sentidos diferentes: (a) foi uma tarefa da lógica, que em uma “segunda fase” do “período criativo” (E. Moody) da lógica na Idade Média (cerca de 1250 – 1350)¹¹ tinha igualmente a pretensão de expandir, para qualquer outra área de conhecimento, os princípios de um método científico certo – parcialmente “a justificação do silogismo e da indução” (De Rijk)¹². E, além disso, (b) foi uma tarefa da reflexão epistemológica em sentido amplo. Nessa tarefa, a filosofia procura atingir, justificadamente, a compreensão de processos através dos quais o conhecimento sobre o mundo pode ser obtido e desenvolvido¹³, em termos da relação do sujeito cognoscente com o mundo, bem como em termos da fundamentação da psicologia do sujeito cognoscente.

Por certo, caso se queira entender o conceito de ciência e as suas implicações de acordo com Scotus, então a forma preferencial de fazer isso é a investigação dos textos em que a pergunta pelo conceito e pelas condições do conhecimento científico é aplicada à teologia. Ali, podem ser encontrados alguns campos específicos de problemas, em que o conceito de ciência e certas soluções em nível epistemológico para perguntas particulares da teologia tinham de ser pensados de maneira nova. Tal conceito e tais soluções foram expostos por Scotus – em sua recepção crítica da teoria aristotélica da ciência e, portanto, em discussões com as teorias correspondentes de Henrique de Gand e Tomás de Aquino – essencialmente nas Partes 2 e 3 do Prólogo à *Lectura* e nas Partes 3 e 4 do Prólogo à *Ordinatio*¹⁴ – ainda que trabalhos recentes revelem a importância de analisar passagens de

¹¹ Cf. Ernest A. MOODY, *The Medieval Contribution to Logic*, in: Ernest A. MOODY, **Studies in Medieval Philosophy, Science and Logic – Collected papers 1933-1969**, Berkeley – Los Angeles – London: University of California Press, 1975, p. 375-376.

¹² Obviamente, essa não foi nem a única tarefa nem a única intenção da lógica medieval. Trata-se, nela, sempre da lógica das proposições e dos termos. Cf. L.-M. DE RIJK, *Die Bedeutungslehre der Logik im 13. Jahrhundert und ihr Gegenstück in der metaphysischen Spekulation*, in: Albert ZIMMERMANN (Hrsg.), **Miscellanea Mediaevalia 7 – Methoden in Wissenschaft und Kunst des Mittelalters**, Berlin: Walter de Gruyter, 1970, p. 1-2. Tanto com respeito à lógica das proposições como também com respeito à lógica dos termos, cf. I. M. BOCHENSKI, **Formale Logik**, Freiburg – München: Verlag Karl Alber, 1956, p. 173-174, os problemas da lógica na escolástica se dividem em duas classes, a saber, nos problemas “antigos”, tais como a silogística categórica e a modal (Aristoteles) e os silogismos hipotéticos (a escola megárica-estóica), e nos problemas “totalmente novos” (*em especial* a doutrina das “propriedades dos termos” e a doutrina das conseqüências). Cf. também Ernest A. MOODY, *The Medieval Contribution to Logic*, in: Ernest A. MOODY, op. cit., p. 376.

¹³ Essa é, segundo Robert PASNAU, **Theories of Cognition in the Later Middle Ages**, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 7, a segunda de duas questões epistemológicas centrais da filosofia na Idade Média.

¹⁴ Isso significa que é afirmada a interpretação segundo a qual, em Scotus, questionamentos filosóficos são profundamente motivados pela teologia; cf., por exemplo, Werner DETTLOFF, *Heilswahrheit und Weltweisheit*

Reportatio parisiensis I A d. 42 e d. 44 para fins de uma reconsideração do conceito de ciência do necessário em termos de “ciência como na maior parte dos casos [*ut in pluribus*]”¹⁵. E, caso sejam vistos os Prólogos à *Lectura* e à *Ordinatio* (ca. 1300-1301) como um todo, lembrando que o que se quer é atingir uma visão clara do relato de Scotus sobre *scientia* como *episteme* no seu tratamento do estatuto epistemológico da teologia, é compreensível que nessa investigação seja posta de lado a *quaestio de methodo* do “nosso” conhecimento teológico, à medida que o método é caracterizado, na Parte Primeira do Prólogo, através da possibilidade da apreensão de verdades necessárias que devem ser reveladas de um modo sobrenatural ao ser humano¹⁶. Tampouco é necessário tocar as questões postas na última parte dos Prólogos, a saber, (1) se a teologia é uma ciência prática ou uma ciência especulativa, e (2) se a teologia, na base de uma ordem à práxis como ao fim, pode ser chamada como tal de um “conhecimento prático”¹⁷.

– Zur Stellung der Philosophie bei den Franziskanertheologen der Hochscholastik, in: Leo SCHEFFCZYK; Werner DETTLOFF; Richard HEINZMANN (Hrsg.), **Wahrheit und Verkündigung**, München – Paderborn – Wien: Verlag Ferdinand Schöningh, Band I, 1967, p. 620. Que são exigidas, na teologia, fundamentações filosóficas, não significa que a inteligibilidade do hábito científico teológico tem de ser relacionada em todos os aspectos a outros hábitos científicos. Isso significa, contudo, que as soluções filosóficas que são pensadas para questionamentos condicionados teologicamente podem ser aplicadas a questionamentos filosóficos. Um exemplo para a última afirmação: as reflexões sobre a possibilidade de um tipo de “dedução” em uma série de verdades teológicas contingentes pode ser relacionada à pergunta pelo desenvolvimento de uma lógica de inferência e dedução na Idade Média (essa é, segundo Robert PASNAU, op. cit., p. 7, a primeira de duas perguntas epistemológicas centrais na filosofia na Idade Média). O mesmo pode ser dito de diferentes modelos scotistas de ciência em *Ordinatio* prol. p. 4: tais modelos dizem respeito à epistemologia filosófica medieval, a saber, aos diferentes hábitos do saber, que produzem a certeza e o conhecimento evidente do objeto.

¹⁵ Cf., sobretudo, Roberto Hofmeister PICH, Onipotência e conhecimento científico, in: Ana Celina LERTORA-MENDOZA (ed.), **XII Congreso Latino-Americano de Filosofía Medieval: Juan Duns Escoto**, Buenos Aires: FEPAI, 2008, p. 1-17 (72-88); IDEM, Scotus on Absolute Power and Knowledge, *Patristica et Mediaevalia*, v. 31, 2010, p. 3-27; IDEM, Scotus on Absolute Power and Knowledge (Continuation and End), *Patristica et Mediaevalia*, v. 32, 2011, p. 15-37.

¹⁶ Cf. Alessandro GHISALBERTI, Metodologia del sapere teologico nel Prologo alla „Ordinatio“ di Giovanni Duns Scotus, in: Leonardo SILEO (org.), **Via Scoti – Metodologica ad mentem Joannis Duns Scoti**, Roma: PAA – Edizioni Antonianum, Vol. I, 1995, p. 275, 278-279: “È possibile sostenere, in riferimento alle cinque parti che costituiscono il Prologo alla *Ordinatio*, che la “quaestio de methodo” viene decisa nella prima di esse, [...]. Gli stessi termini con cui è formulata la quaestio urgono in direzione del chiarimento circa le forme della conoscenza e i livelli del discorso. Le forme di conoscenza riguardano il piano della verità conoscibile ed esplicabile (*doctrina*), che può essere attinta col lume della ragione naturale oppure per via di rivelazione soprannaturale; i livelli del discorso propongono una diversità di sviluppo del problema, a secondo che si discuta della condizione attuale dell’uomo (*pro statu isto*), [...]”. Cf. IOANNES DUNS SCOTUS, **Opera omnia I. Ordinatio: prologus**, Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1950, p. 1, q. un., n. 1, p. 1: “Quaeritur utrum homini pro statu isto sit necessarium aliquam doctrinam specialem supernaturaliter inspirari, ad quam videlicet non posset attingere lumine naturali intellectus”.

¹⁷ Cf. *Ordinatio* prol., p. 5, qq. 1-2, n. 217, p. 151: “Quaeritur utrum theologia sit scientia practica vel speculativa”; *Ordinatio* prol., p. 5, qq. 1-2, n. 223, p. 153: “Secundo quaeritur utrum ex ordine ad praxim ut ad finem dicatur per se scientia practica”.

Mas, se o propósito da investigação, tendo em mente a circumscrição temática e textual que foi recém sugerida, é oferecer – ou pelo menos começar a oferecer – uma definição clara do conceito de conhecimento científico de acordo com Scotus, então, antes que seja encontrado e seja realizado esse modo de atingi-lo, é importante reconhecer que tal tentativa já foi feita, de diferentes maneiras e pondo ênfase em aspectos muito distintos. Antes que sejam apresentadas certas pressuposições centrais *da forma* como as questões sobre o conhecimento científico de acordo com Scotus podem ser respondidas, é interessante ver que existem ao menos quatro modos de interpretação que, de acordo com pelo menos boa parte da pesquisa sobre o tema nos séculos 20-21, ou bem expressam a abordagem de Scotus como um todo ou acentuam elementos centrais dessa concepção. Concentro as minhas observações sobre pesquisas que apareceram depois do artigo fundamental de Edward D. O’Connor (1968).

1. Elementos do *status quaestionis* com respeito à teoria scotista da *scientia*

Em se observando os pareceres, na pesquisa, acerca da teoria scotista do “conhecimento científico” ou “estrito” (*scientia*), parece justo destacar pelo menos os seguintes pontos:

- (1) Scotus aceita a concepção aristotélica tradicional de conhecimento científico: o conhecimento científico é um sistema lógico-dedutivo de conclusões necessárias na base de premissas *per se notae* e necessárias. Essa interpretação repousa essencialmente no relato de Scotus das condições de ciência em *Ordinatio* prol. nn. 208-213¹⁸. Contudo, existem dois aspectos que Scotus enfatiza em sua recepção do conceito aristotélico de ciência: (a) ele vê na *percepção evidente* inicial da natureza do primeiro objeto – em verdade, no conceito de

¹⁸ Cf. Edward D. O’CONNOR, The Scientific Character of Theology according to Scotus, op. cit., p. 4-5; Hermann SCHALÜCK, Der Wissenschaftscharakter der Theologie nach Johannes Duns Scotus, *Wissenschaft und Weisheit*, v. 34, 1971, p. 142; Ulrich G. LEINSLE, Die Einheit der Wissenschaft nach Johannes Duns Scotus, *Wissenschaft und Weisheit*, v. 42, 1979, p. 164; Ludger HONNEFELDER, *Ens in quantum ens. Der Begriff des Seienden als solchen als Gegenstand der Metaphysik nach der Lehre des Johannes Duns Scotus*, Münster: Aschendorff, ²1989, p. 6-7; IDEM, *Scientia in se – scientia in nobis: Zur philosophischen Bedeutung einer wissenschaftstheoretischen Unterscheidung*, in: Ingrid CRAEMER-RUEGENBERG und Andreas SPEER (Hrsg), *Miscellanea Mediaevalia 22 – Scientia und ars im Hoch- und Spätmittelalter*, Berlin: Walter de Gruyter, 1994, p. 206; Henri Adriën KROP, The Self-Knowledge of God – Duns Scotus and Ockham on the Formal Object of Scientific Knowledge, in: E. P. BOS and H. A. KROP (eds.), *Ockham and Ockhamists*, Nijmegen: Ingenium Publishers, 1987, p. 83-84.

evidência como tal – um fundamento central para a teoria da ciência como um todo. Por outro lado, Scotus dá pouca atenção para a função de “explicação” na ciência. (b) De acordo com esse primeiro aspecto, Scotus acentua a importância *do conhecimento do primeiro objeto* para o conhecimento científico. Dessa maneira, portanto, ele deve explicitar claramente o conter formal e virtualmente do primeiro objeto com respeito a todas as verdades sobre si mesmo¹⁹.

- (2) Na base da interpretação dos textos paralelos de *Lectura* prol. nn. 107-118 e *Ordinatio* prol. nn. 208-213, G. Sondag e O. Boulnois veem no modelo scotista de ciência (na *scientia in se*) um novo relato do conhecimento científico²⁰. As características do modelo scotista incluem, em relação às quatro condições do conhecimento científico segundo Aristóteles (*Segundos analíticos* I 2, 71b9-22), elementos de uma “noética”²¹. Convém mencioná-los:

(I) Scotus *modifica*, com relação à teologia *in se* como uma ciência *in se*, o modelo demonstrativo-silogístico de ciência, ou seja, um modelo de acordo com o qual o conhecimento científico “é produzido” através da demonstração silogística²². A discursividade é, para Scotus, uma condição que implica imperfeição epistêmica. O modelo aristotélico-discursivo é, por causa disso, substituído por um “modelo intuitivo” da “ciência perfeita”, na base do conhecimento perfeito-*intuitivo* do objeto da ciência²³. Esse conhecimento é a intuição certa e evidente dos termos de uma proposição ou um princípio. “Intuição”, nesse caso, significa a visão intelectual do inteligível presente à própria mente.

(II) No novo modelo, “critérios psicológicos” de conhecimento têm um papel central²⁴. Enquanto o conhecimento, para Aristóteles, é o conhecimento “absoluto” (ou seja, o conhecimento essencial-necessário) ou “não-acidental”, ele é, para Scotus, um conhecimento “certo”. Ele depende, sobretudo, da perfeição da potência do conhecimento que conhece uma

¹⁹ Cf. Ludger HONNEFELDER, *Ens in quantum ens*, p. 6: “Ciência é, com isso, em sua forma ideal, o saber de uma determinada quiddidade, desdobrado em um sistema axiomático-dedutivo de proposições, e, com efeito, tanto no que diz respeito à totalidade dessa quiddidade como também às suas ‘partes’ e propriedades essenciais”. Cf. também *ibid.*, p. 6-8, 15-19.

²⁰ Cf. Gérard SONDAG, Commentaire continu, in: JEAN DUNS SCOT, **La théologie comme science pratique (Prologue de la *Lectura***, Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1996, p. 72-74; Olivier BOULNOIS, **Duns Scot, la rigueur de la charité**, Paris: Les Éditions du Cerf, 1998, p. 117-120.

²¹ Cf. *Ordinatio* prol. n. 208.

²² Cf. Gérard SONDAG, Commentaire continu, in: JEAN DUNS SCOT, *op. cit.*, p. 73.

²³ Cf. Olivier BOULNOIS, *op. cit.*, p. 119.

²⁴ *Ibid.*

essência específica²⁵. De acordo com isso, a “certeza científica” (minha expressão) é entendida, por O. Boulnois, como “a presença [do objeto conhecível]” que é perceptível à alma; ela é “adicionada simplesmente [à concepção de ciência]”, e em realidade em termos de um “agostinismo avicenizante”²⁶. O. Boulnois explica em relação à primeira condição do conhecimento científico em *Lectura* prol. n. 107 e *Ordinatio* prol. n. 208 – a saber, a condição do conhecimento certo – que “conhecer nada mais é” “que perceber alguma coisa pelo espírito”²⁷. Essa concepção, de acordo com a qual a ciência é entendida *large*²⁸, e não *stricte*, como “todo e qualquer conhecimento certo da verdade” (*quaelibet notitia certa veritatis*), é oriunda de Agostinho, mais exatamente em *De libero arbitrio*²⁹, e é, por sua vez, citada por Henrique de Gand, em um trecho³⁰ que certamente deve ser lido ao lado das passagens correspondentes no Prólogo da *Lectura* e da *Ordinatio*³¹. Para O. Boulnois, ela se encontra em concordância com a aceção de que a fundamental característica da ciência, para Scotus, é o

²⁵ Cf. Gérard SONDAG, Commentaire continu, in: JEAN DUNS SCOT, op. cit., p. 72: “Une connaissance certaine n’est pas la même chose qu’une connaissance non-accidentelle, car si l’une et l’autre portent sur une essence, non sur un accident, la certitude dépend aussi, et même principalement, de la perfection de l’esprit qui connaît cette essence, et c’est là un point dont Aristote n’a guère parlé”.

²⁶ Cf. Olivier BOULNOIS, op. cit., p. 119-120: “[...]: a, la *certitude*, comme présence perceptible à l’âme, est purement et simplement ajoutée, dans la ligne de l’augustinisme avicennisant; [...]”. De forma sucinta, diga-se que o “agostinismo avicenizante” é uma rubrica interpretativa oriunda de Étienne GILSON, *Les sources gréco-arabes de l’augustinisme avicennisant*, *Archives d’Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge*, v. 4, 1929, p. 5-129, acerca de movimentos na Idade Média em que o neoplatonismo, partilhado por Agostinho em aspectos da doutrina de Deus, da alma e da iluminação divina para o conhecimento, ingressa também por meio de pensadores árabes, em especial Avicena. A estreita conexão de Avicena com pensadores neoplatônicos foi justamente mostrada por Gilson, de sorte que a filosofia no século 13 deveria ser entendida como uma recepção e uma reação precípua a Aristóteles, mas também a Avicena e a Averróis.

²⁷ Cf. Olivier BOULNOIS, op. cit., p. 117-118: “Savoir n’est rien d’autre que percevoir quelque chose par l’esprit”.

²⁸ Expressão essa que, seja dito, não aparece nos textos scotistas, mas antes em um alegado texto paralelo de Henrique de Gand, presumivelmente bem conhecido por Scotus (cf. abaixo a nota 29).

²⁹ Cf. Aurelius AUGUSTINUS, *De libero arbitrio*, in: Sanctus Aurelius AUGUSTINUS, **Aurelii Augustini Opera Pars II,2**, Turnholti: Typographi Brepols Editores Pontificii, 1970, I, vii, 16, n. 57, p. 221: “Quare accipe iam, ut deinde ratio conectatur; nam credo te non ignorare, id quod scire dicimus nihil esse aliud quam ratione habere perceptum”.

³⁰ Cf. HEINRICH VON GENT, **Summa quaestionum ordinarium**, Paderborn, 1520, a. 6 q. 1, in corp. (I f. 42B-C): “Dicendum igitur quod notitia aliqua appellata scientia dupliciter. Vno modo stricte: alio modo large. Large appellat scientia quaelibet notitia certa veritatis. Secundum quod dicit Augustinus primo *de libero arbitrio*. Scire nihil aliud est quod ratione, hoc est mente, habere perceptum. Et scientia sic dicta distinguit contra opinionem, dubitationem & suspensionem, quae sunt operationes intellectus & notitiae sine vlla certitudine. Propter quod philosophus vi. *Ethicorum* in illis tribus non ponit esse intellectuales habitus”.

³¹ Cf. Olivier BOULNOIS, op. cit., p. 118, nota 1.

fato de que a ciência é “um hábito intelectual do verdadeiro” ou uma “virtude intelectual”³², que concede ao intelecto a inclinação de conhecer o verdadeiro com certeza e *determinate*.

A “evidência” é o segundo critério psicológico do conhecimento científico que O. Boulnois menciona³³. Na teoria scotista da ciência, esse critério deve significar que o simples conhecimento da coisa, em Aristóteles, é transformado na *evidência da coisa*. E isso parece significar, sempre na exposição de O. Boulnois, primeiramente que, no Prólogo da *Ordinatio*, o objeto da ciência, melhor dito, a permanente *species* do objeto em um hábito permanente, não é mais a coisa como tal, mas uma “proposição” (“um enunciado proposicional”)³⁴. Exatamente um enunciado proposicional é, em uma dada ciência, algo “necessário”, não o “objeto” ou a “coisa”³⁵. A interpretação de O. Boulnois sobre a evidência do conhecimento científico – em diferença àquela de G. Sondag – parece implicar, portanto, que uma proposição conclusiva, evidente por causa das premissas evidentes, que não é conhecida em uma ciência *in se* através de um processo discursivo, é o “objeto-coisa” evidente da ciência³⁶.

(III) Ainda em relação ao objeto da ciência, deve ser indicado, de acordo com G. Sondag, que Aristóteles não afirma, como Scotus o faz, que a ciência é causada pelo seu objeto. Antes, o ser humano tem conhecimento, para Aristóteles, de uma coisa, à medida que ele crê que conhece a causa por causa da qual a coisa a ser conhecida é [itálico do autor], de modo que ele sabe que essa causa é a causa da coisa. Scotus admitiria, assim continua o argumento de G. Sondag, que conhecer uma coisa ou criatura significa conhecê-la por meio da sua causa. Mas, o conceito de primeiro objeto da ciência, para Scotus, é uma expansão do conceito de causa: na teoria scotista da ciência, o conceito de causa pertence ao campo gnoseológico. E isso deve ser entendido de tal maneira que o primeiro objeto produz um

³² Ibid., também nota 2. O. Boulnois fundamenta a sua interpretação na *Ética a Nicômaco* VI 3, 1139b15-18, de Aristóteles. Mas, em *Lectura* prol. n. 107 und *Ordinatio* prol. n. 208, Scotus tem em vista precipuamente os *Segundos analíticos* I 2, 71b9-12.

³³ Cf. Olivier BOULNOIS, op. cit., p. 120.

³⁴ Ibid., p. 118: “Dans l’*Ordinatio*, l’objet de science n’est plus la chose même, mais un énoncé propositionnel: [...]”. O. Boulnois, cf. ibid., nota 6, menciona como prova a passagem de *Ordinatio* prol. p. 5, qq. 1-2, n. 350, p. 227: “Tunc patet ad auctoritatem Philosophi I *Posteriorum*: scientia est necessarii dicti de contingente, et ita veritates necessariae includuntur in intellectu contingentis, vel concluduntur de aliquo quod est contingens, per rationem alicuius prioris necessarii”.

³⁵ Assim interpreta Olivier BOULNOIS, op. cit., p. 118-119, a passagem de *Ordinatio* prol. n. 212.

³⁶ Cf. Olivier BOULNOIS, op. cit., p. 118-120.

hábito de conhecimento na potência cognitiva, que tem unidade precisamente por causa do objeto³⁷.

(IV) G. Sondag, que compara sistematicamente a exposição da condição do conhecimento científico em *Lectura* prol. n. 107 com o conteúdo de *Segundos analíticos* I 2, também afirma que Aristóteles, em distinção a Scotus, não menciona a “evidência do objeto” como uma causa possível do conhecimento científico. Aristóteles certamente exige, em *Segundos analíticos* I 2 71b20-23, que as premissas do conhecimento demonstrativo sejam “verdadeiras, primárias e imediatas” – em verdade, também “mais conhecidas” e “anteriores” que a proposição conclusiva e, então, “causativas” com respeito a ela³⁸. Mas, nada nessa definição corresponde, de acordo com G. Sondag, ao “objeto evidente” scotista, a saber, o conhecimento “intuitivo de um objeto conhecido como tal” ou de um objeto “em presença própria”³⁹.

(V) No novo modelo de ciência que é proposto por João Duns Scotus, a necessidade não é mais uma modalidade do objeto, mas antes da ciência. Porque na teoria scotista do conhecimento científico a intuição certa e evidente dos termos (de um dado objeto proposicional) se acha em um lugar central e porque a discursividade do conhecimento é totalmente abandonada, conclui-se que a modalidade da ciência não depende mais da modalidade do objeto. Portanto, é possível obter “uma ciência necessária do contingente”⁴⁰.

Como uma conclusão dos argumentos de O. Boulnois sobre o novo modelo de ciência de acordo com Scotus, uma conclusão, a propósito, que não contradiz as características trabalhadas por G. Sondag⁴¹, pode ser dito que a ciência se transformou em um “sistema

³⁷ Cf. Gérard SONDAG, Commentaire continu, in: JEAN DUNS SCOT, op. cit., p. 72: “[...], mais la notion de l’objet premier d’une science implique chez lui une extension du concept de la cause, qui’il faut transposer au plan gnoséologique, si cet objet premier doit être à même d’engendrer dans l’esprit un habitus cognitif doué d’unité”.

³⁸ Cf. ARISTOTELES, Zweite Analytik, in: Hans Günter ZEKL (Hrsg.), *Aristoteles – Erste Analytik/Zweite Analytik*, Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1998, I 2, 71b20-23, p. 314-315: “Quando, portanto, o conhecimento é algo do tipo que estabelecemos, nesse caso é necessário: também o conhecimento demonstrativo se dá a partir de (acepções) *verdadeiras e primeiras, imediatas, mais conhecidas e anteriores* que a proposição conclusiva, e essas são também para essa [última] *causais*”.

³⁹ Cf. Gérard SONDAG, Commentaire continu, in: JEAN DUNS SCOT, op. cit., p. 73: “(...), rien dans sa définition ne correspond à ce que Scot a en vue lorsqu’il parle d’un objet évident, c’est-à-dire la connaissance ‘intuitive’ d’un objet connu en soi, c’est-à-dire en présence propre”.

⁴⁰ Cf. Olivier BOULNOIS, op. cit., p. 120.

⁴¹ Cf. os apontamentos sobre as “condições de perfeição” do conhecimento científico in: Gérard SONDAG, Commentaire continu, in: JEAN DUNS SCOT, op. cit., p. 73.

formal” que é separado do seu “correlato objetivo” na própria coisa ou na causa real e que é “caracterizado por critérios noéticos autônomos (certeza, evidência e necessidade)”⁴². É exatamente *por causa das características da ciência in se através da descrição da teologia in se*, em que as condições do conhecimento científico de acordo com Aristóteles são interpretadas de nova forma, que Scotus denomina a ciência com a expressão “sabedoria”⁴³.

- (3) Ilustrando outro tipo de interpretação, não mais centrada em elementos noéticos, mencione-se que G. Lauriola afirmou que Scotus desenvolve duas definições de ciência, no Prólogo da *Ordinatio*. A primeira consiste na ciência demonstrativa em sentido estrito, basicamente no modo como foi entendida por Aristóteles⁴⁴. De toda maneira, em relação ao caráter científico da teologia *in se* das verdades contingentes, Duns Scotus traz uma segunda concepção, que depende de uma interpretação do conceito de ciência como um hábito intelectual na *Ética a Nicômaco* VI 3 de Aristóteles: a ciência é o conhecimento determinado do que é verdadeiro⁴⁵, e as condições da sua perfeição – isto é, certeza, evidência e, especialmente, necessidade do conhecimento – se relacionam com o sujeito cognoscente, e não com o processo demonstrativo⁴⁶. Dessa maneira, tem-se, de acordo com G. Lauriola, no nível epistemológico, um momento adicional da crítica scotista ao necessitarismo greco-árabe⁴⁷.

- (4) Um quarto – e aqui último – modo de interpretação foi em realidade apenas sugerido e tomado como possível. Ele se relaciona com o lugar da teoria scotista do conhecimento verdadeiro de Deus acerca dos futuros contingentes (*scientia contingentium*),

⁴² Cf. Olivier BOULNOIS, op. cit., p. 120: “*La science devient un système formel décollé de son corrélat objectif et marqué par des critères noétiques autonomes (certitude, évidence, nécessité)*”.

⁴³ Ibid., p. 121. Cf. Gérard SONDAG, Commentaire continu, in: JEAN DUNS SCOT, op. cit., p. 73-74. Assim dito, de modo tão geral, sobre o significado de “sabedoria” (*sapientia*) em *Lectura* prol. p. 3, q. 1, n. 113, p. 41 e *Ordinatio* prol. p. 4, qq. 1-2, n. 213, p. 146, não há o que se precise contestar, ainda que nenhuma exposição detalhada seja oferecida. Para esse propósito, cf. Roberto Hofmeister PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Capítulo 6, Subdivisões 6.4.5.1 e 6.4.5.2.

⁴⁴ Cf. Giovanni LAURIOLA, Introduzione al concetto di scienza in generale nella *Lectura* e nell’*Ordinatio* di Duns Scotus, *Studi Francescani*, v. 78, 1981, p. 62, 62-74 (III – Oggetto della scienza), 74-80 (IV – Spiegazione e certezza nella scienza).

⁴⁵ Ibid., p. 56-62, 62: “[...], possiamo ritenere che Duns Scotus intorno al concetto di scienza conosce due definizioni: una *rigorosamente dimostrativa* o scienza “*stricte sumpta*”, e l’altra *manifestamente vera* o scienza “*determinate verum*”, [...]”.

⁴⁶ Cf. Giovanni LAURIOLA, La critica al concetto aristotelico di scienza di Duns Scotus, in: Giovanni LAURIOLA (a cura di), **Scienza filosofia e teologia**, Bari: Levante Editori, 1993, p. 161, 163, 169, 172-173.

⁴⁷ Cf. ibid., p. 163: “La sua critica, pertanto, sarà rivolta verso il necessitarismo greco-arabo, da cui ricava la contingenza radicale e la caratteristica del soggetto come garanzia di verità”. Cf. IDEM, Introduzione al concetto di scienza in generale nella *Lectura* e nell’*Ordinatio* di Duns Scotus, op. cit., p. 80-119 (V – Critica al concetto aristotelico di scienza).

não somente das verdades teológicas contingentes, dentro da teoria formal scotista do conhecimento científico, no Prólogo da *Lectura* e da *Ordinatio*. A. Vos Jaczn et alii afirmaram que o tratamento do conhecimento científico de Deus sobre os futuros contingentes *como contingentes*, em *Lectura* I d. 39 qq. 1-5, deve significar, logicamente, que, de acordo com Scotus, a “ciência como tal” é não apenas o conhecimento necessário, mas ela é também o conhecimento contingente⁴⁸. O fato de que conhecimento e necessidade, em *Lectura* I d. 39 qq. 1-5, são separados por causa de uma nova teoria modal parece implicar que, por semelhante modo, a análise formal da teologia como ciência, especialmente no Prólogo da *Ordinatio*, pode ser entendida desde a perspectiva de uma nova epistemologia do conhecimento científico⁴⁹.

É parte deste estudo mostrar que nem todas essas formas de interpretação estão corretas, ao menos não estão em todos os aspectos. Em especial, quer-se corrigir – na subdivisão 4 – equívocos do segundo modo de interpretação e evitar um parecer discrepante, na base das fontes, sobre o primeiro e mais tradicional tipo interpretativo. Ora, uma razão forte para avaliar-se em especial o segundo modo de interpretação é o fato de ele parecer concluir, sobretudo por causa de leituras equivocadas das fontes, que Scotus ao final simplesmente despreza ou rejeita o relato aristotélico de *episteme*. Independentemente disso, é inequívoco que todas as quatro formas resumidas apontam contundentemente para a relevância do tópico “conhecimento científico” dentro do pensamento filosófico de Scotus. A teoria scotista da *scientia* não é importante só como um capítulo da história da recepção da epistemologia aristotélica, ao final do século 13; acima e antes disso, ela é importante para a epistemologia *como tal* e como um capítulo central da própria filosofia *scotista*. Em sua teoria do conhecimento científico, Scotus traz em conjunto, criticamente, os aspectos mais importantes da sua epistemologia, como, por exemplo, os temas do conhecimento abstrativo,

⁴⁸ Cf. A. VOS JACZN; H. VELDHUIS; A. H. LOOMAN-GRAASKAMP; E. DEKKER; N. W. DEN BOK, Introduction, in: A. VOS JACZN et alii, **John Duns Scotus Contingency and Freedom – *Lectura* I 39**, Dordrecht – Boston – London: Kluwer Academic Publishers, 1994, p. 19, 26-27, 34-35.

⁴⁹ Ibidem. Cf., em especial, Roberto Hofmeister PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Bonn: Universität Bonn, 2001, Capítulo 5. Sobre a epistemologia scotista do contingente, cf. também Antonie VOS, **Kennis en noodzakelijkheid. Een kritische analyse van het absolute evidentialisme in wijsbegeerte en theologie**, Kampen: Uitgeversmaatschappij, 1982; IDEM, Knowledge, Certainty and Contingency, in: E. P. BOS (ed.), **John Duns Scotus Renewal of Philosophy**, Amsterdam – Atlanta: Rodopi, 1998, p. 75-88; Roberto Hofmeister PICH, Scotus on Contingent Propositions ‘Known Through Themselves’ (*per se notae*), in: Hannes MÖHLE; L. HONNEFELDER et alii (Hrsg.), **Archa Verbi Subsidia 5 – Johannes Duns Scotus 1308-2008. Die philosophischen Perspektiven seines Werkes. Investigations into his Philosophy**, Münster: Aschendorff, 2010, p. 277-306.

intuitivo e evidente, bem como a relação entre conhecimento e modalidade. Por certo, o ponto mais importante, no contexto deste estudo, é entender como avaliar as dadas interpretações da teoria da ciência de Scotus, e isso significa compreender quais são, para Scotus, os pressupostos formais centrais para a definição e a construção do conhecimento científico. Fazendo-se isso, é possível ver de que modo e por que Scotus formula novas abordagens sobre a noção de *scientia*. Para oferecer essa estrutura formal – na subdivisão 2, isto é, a seguinte –, a qual permitirá uma apreciação dos resultados obtidos por Scotus, é preciso olhar para três pressuposições gerais que o Doutor Sutil indicou e aplicou explicitamente para a definição e para a construção do caráter científico de hábitos específicos de conhecimento. Depois disso, cabe expor brevemente, e com ênfases em alguns aspectos centrais de crítica ou de correção, a posição de João Duns Scotus acerca da concepção aristotélica do conhecimento científico (3). Dessa maneira, respeitando as pressuposições formais da análise do caráter científico de um hábito, ver-se-á, com devido equilíbrio, que Scotus faz tanto *concessões* quanto *expansões* das condições aristotélicas do saber científico (Considerações finais).

2. Elementos da estrutura geral da teoria scotista do conhecimento científico

A descrição de tal estrutura é o que se tem em vista a seguir. Em um primeiro momento, (2.1) ver-se-á que uma teoria da ciência traz não somente uma resposta à pergunta pelo modo de conhecimento em sentido estrito, mas ela se dirige também a uma pergunta, em parte metafísica, sobre *o objeto do conhecimento*. Em um segundo momento, (2.2) a teoria da ciência de Scotus, testada pelas particularidades da teologia, inclui um relato cuidadoso da ideia de que a *scientia* é um hábito específico de conhecimento, cujo entendimento é tornado complexo pela diferenciação entre uma *scientia in se* e uma *doctrina nobis* como qualificações epistêmicas de um hábito. Em um terceiro momento, (2.3) a abordagem de Scotus toma ampla consideração pela particularidade do conhecimento teórico de Deus como o objeto da teologia, a saber, no sentido de que esse é um objeto que não é só singular e imutável, mas que inclui em sua conhecibilidade verdades necessárias e contingentes⁵⁰. A

⁵⁰ É conhecido que “novas exigências à construção teórica em lógica” resultaram de perguntas teológicas diversas, no contexto da escolástica, motivo pelo qual “a ciência do discurso argumentativo”, cf. Klaus JACOBI, (VI – Logik und Theologie) Zur Einführung VI, in: Klaus JACOBI (Hrsg.), **Argumentationstheorie**.

possibilidade do conhecimento e, portanto, do conhecimento científico do contingente deve então ser analisada no campo da teoria scotista do conhecimento, e isso levará a um confronto com a epistemologia de Aristóteles. Dado, pois, que a contingência é não só importante para Scotus no domínio da metafísica e da lógica, mas também no da epistemologia, *nesse* domínio Scotus deve desenvolver novas percepções teóricas sobre necessidade e contingência.

2.1 Primeiro objeto e conhecimento científico

Cada diferente relato do conceito de ciência, para Scotus, pressupõe a definição bem como o conhecimento do primeiro “objeto” (*obiectum*) da ciência. É possível resumir a complexa abordagem de Scotus da seguinte maneira. O que Scotus entende por um “primeiro objeto” da ciência pode ser percebido em se considerando três diferentes perspectivas: (a) as funções lógico-epistemológicas do objeto, com respeito ao hábito de conhecimento; (b) o tratamento psicológico do conhecimento científico; (c) a modalidade lógica das verdades a serem conhecidas na ciência. E é em realidade na base desses aspectos que todas as diferenças possíveis, e de fato, sutis entre os conceitos de “sujeito” e “objeto” deveriam ser entendidas.

(a) O primeiro objeto da ciência, também quando é entendido, por razões específicas, na ciência do contingente, como “primeiro sujeito”, é, à medida que é conhecido como tal, a base epistemológica do conhecimento científico. Por certo, o primeiro sujeito/objeto da ciência é o *hypokeimenon* aristotélico da ciência⁵¹, aquilo sobre o que, na forma de proposições, alguma coisa ou os “modos categóricos” (*katégoroumena*) são ditos e “pelo que o termo-sujeito gramatical está”⁵². Mas, “sujeito” e “objeto” são, respectivamente em um

Scholastische Forschungen zu den logischen und semantischen Regeln korrekten Folgerns, Leiden: E. J. Brill, 1993, p. 671, teve de assumir sempre de novo novas tarefas.

⁵¹ Cf. ARISTOTELES, *Metaphysik – Zweiter Halbband* (Bücher VII-XIV), in: Horst SEIDL (Hrsg.), *Aristoteles’ Metaphysik*, Hamburg: Felix Meiner Verlag, ³1991, XI 4, 1061b30-2, p. 192-193: “Explicamos, porém, sobre a primeira ciência que o seu objeto [*ta hypokeimena*] é o ente enquanto ele é ente, não à medida que ele é qualquer outra coisa”. Cf. também ARISTOTELES, *Zweite Analytik*, I 7.

⁵² Cf. Ludger HONNEFELDER, *Scientia in se – scientia in nobis*, in: Ingrid CRAEMER-RUEGENBERG und Andreas SPEER (Hrsg.), op. cit., p. 206 (também nota 14). Cf. a descrição, até certo ponto diferente, mas que não se opõe à oferecida no texto principal, do significado duplo de “hypokeimenon” na *Metafísica* de Aristóteles, por Horst SEIDL, *Einleitung*, in: Horst SEIDL (Hrsg.), *Aristoteles’ Metaphysik – Erster Halbband (Bücher I(A) – VI (E))*, Hamburg: Felix Meiner Verlag, ³1989, p. XXV-XXVI, bem como Christof RAPP, *Einleitung: Die Substanzbücher der Metaphysik*, in: Christof RAPP (Hrsg.), *Aristoteles – Metaphysik: Die Substanzbücher (Z, H, Θ)*, Berlin: Akademie Verlag, 1996, p. 9.

hábito *in se* do contingente e/ou do necessário – como uma *species intelligibilis* ou não⁵³ –, também um objeto de um intelecto⁵⁴, ainda que, como o próprio Scotus esclarece, o objeto do intelecto e o objeto do hábito, na base das relações objeto-potência e objeto-hábito, tenham de ser definidos diferentemente a cada vez⁵⁵. Quando uma essência específica ou o termo de um ato de conhecimento é conhecido perfeitamente, então ele causa, como a coisa-conhecida, o hábito (de) si mesmo⁵⁶, e esse expressa a sua conhecibilidade através de composições essencial-necessárias ou mesmo – na ciência do contingente – acidental-contingentes. Nesse sentido, o sujeito de verdades contingentes (na teologia *in se* do contingente) ou o objeto de verdades necessárias funda psicologicamente, respectivamente através de “contenção” não-virtual e através de “contenção” virtual⁵⁷, o conhecimento científico de si mesmo. Assim, o primeiro objeto, bem como o primeiro sujeito “como tal”⁵⁸, é aquilo através do que um conhecimento unificado pode ser causado. Com respeito à unidade da ciência do necessário, o primeiro objeto é a causa lógico-semântica da sistematização de verdades imediatas e mediatas e ainda, como *species specialissima*, a causa psicológica do conhecimento habitual.

(b) Scotus de fato faz uso tanto de “sujeito” quanto de “objeto” ao definir o primeiro objeto de um hábito da ciência em *Ordinatio* prol. n. 142. Mas, em contextos em que é preciso contrastar duas concepções *psicologicamente diferentes* do hábito de conhecimento do

⁵³ Cf. *Ordinatio* prol. p. 3, qq. 1-3, n. 168, p. 110.

⁵⁴ O conceito de “objeto” é ele mesmo, primeiramente, psicológico-epistêmico; cf. Ludger HONNEFELDER, *Scientia in se – scientia in nobis*, in: Ingrid CRAEMER-RUEGENBERG und Andreas SPEER (Hrsg.), op. cit., p. 207.

⁵⁵ *Ordinatio* prol. n. 146; *Lectura* prol. n. 67; *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 2, n. 6; *Reportatio* I A prol. q. 1, a. 2, nn. 18-19, 23-34. Há certa convicção, hoje, de que as “Reportata parisiensia” I editadas (ou a “Reportatio” I editada) por Wadding é em, realidade, as “Additiones Magnae”. E as “Additiones Magnae” aos Livros I e II dos Comentários às *Sentenças* de Scotus foram compostas por Guilherme de Alnwick. Há, ademais, firme convicção de que as *Additiones* mostram concordância de conteúdos com a *Reportatio parisiensis* I A e efetivamente representam o pensamento de Scotus; cf. sobre isso Thomas WILLIAMS, Introduction – The Life and Works of John Duns the Scot, in: Thomas WILLIAMS (ed.), **The Cambridge Companion to Duns Scotus**, Cambridge: Cambridge University Press, 2003, 10-12. Apesar de incertezas sobre a identificação dos manuscritos mais fidedignos, há forte convicção de que a *Reportatio parisiensis* I A ou *Reportatio examinata* apresenta relação ainda mais estreita com as verdadeiras posições de Scotus quando de seu magistério em Paris; cf. ainda Luis Alberto DE BONI, Sobre a vida e a obra de Duns Scotus, in: Luis Alberto DE BONI e Roberto Hofmeister PICH, *Veritas*, v. 53:3, 2008, p. 22-24.

⁵⁶ *Ordinatio* prol. n. 142.

⁵⁷ *Ordinatio* prol. qq. 1-3 nn. 142-144; cf. também Dominique DEMANGE, “Objet premier d’inclusion virtuelle” – Introduction à la théorie de la science de Jean Duns Scot, in: Olivier BOULNOIS; Elizabeth KARGER; Jean-Luc SOLÈRE; Gérard SONDAG (eds.), **Duns Scot à Paris 1302-2002**, Turnhout: Brepols, 2004, p. 89-116.

⁵⁸ *Ordinatio* prol. n. 169.

mesmo objeto⁵⁹, “primeiro objeto” tem de ser diferenciado de “primeiro sujeito”. Dado que em um hábito *in se* de verdades necessárias a essência real a ser conhecida *como tal* deve ser apreendida pelo intelecto, no sentido de que, partindo dela, a ciência é obtida⁶⁰, “primeiro objeto” e “primeiro sujeito” têm formalmente um significado diferente: “primeiro objeto” é o conteúdo conceitual próprio do objeto real, requerido ao conhecimento científico; “primeiro sujeito” é certamente um tipo de conteúdo conceitual do objeto real, mas não é o conteúdo conceitual próprio. Contudo, “primeiro objeto” e “primeiro sujeito” designam em sentido material o mesmo, a saber, a coisa-conhecida real da ciência, à qual se atribui, no nível ontológico, a primazia da contenção virtual. Mas, no sentido epistêmico, a definição em termos da primazia da contenção virtual é válida só para o primeiro “objeto” conhecido. Um sinal do conhecimento do primeiro “objeto” na ciência *in se* do necessário é o fato de que o objeto é apreendido em uma proposição imediata sob o seu conteúdo conceitual essencial.

(c) “Primeiro objeto” tanto como o objeto real *in se* e como o conteúdo conceitual próprio do objeto real *in se* deve ser entendido antes como “primeiro sujeito”, quando o hábito do conhecimento – sobretudo na teologia *in se* do contingente – diz respeito a verdades contingentes. A base lógico-ontológica para essa aceção é o fato de que o objeto não contém virtualmente em si os conceitos e, portanto, as proposições imediatas e mediatas do hábito⁶¹. Mas, é verdade que Scotus fala de um primeiro “objeto” da ciência do contingente, a saber, do primeiro objeto como um objeto conhecível intuitivamente e, correspondentemente, como primeira proposição imediata⁶². O fato de que se fala do primeiro sujeito/objeto do hábito da teologia contingente como proposição primeira e imediata pode explicar-se porque a apreensão essencial do primeiro sujeito não basta ao conhecimento do hábito em seu todo⁶³.

⁵⁹ *Ordinatio* prol. n. 168.

⁶⁰ Em seguimento a isso, não se pode reconhecer o refinamento terminológico, adotado por Scotus no Prólogo à *Ordinatio*, no texto *Quaestio de cognitione*; cf., por exemplo, *Quaestio de cognitione Dei*, in: C. S. R. HARRIS, **Duns Scotus**, Oxford, Vol. 2, 1927 (Ndr. New York 1959), p. 385: “Ex primo illorum sequitur, quod Deus non est subjectum metaphysicae in se; tum quia ens est ejus subjectum, tum quia Deus sub ratione deitatis est subjectum alterius scientiae, puta theologiae, et distincti conceptus divini qui non possunt esse adaequate de eodem subjecto; et scientia habet distinctum conceptum et quidditativum sui primi subjecti”.

⁶¹ *Ordinatio* prol. nn. 169-171; IOANNES DUNS SCOTUS, **Opera omnia XII: Quaestiones quodlibetales**, (Reprografischer Nachdruck der Ausgabe Lyon 1639), Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1969 q. 7, nn. 7-10.

⁶² *Ord.* prol. n. 211; *Lect.* prol. n. 112.

⁶³ *Ordinatio* prol. nn. 170-171. Detalhes sobre o tema desta subdivisão podem ser conferidos in Roberto Hofmeister PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Capítulo 1, subdivisão 1.5; Conclusão, subdivisão 4.

2.2 *Scientia in se e doctrina nobis*

“Ciência”, para Scotus, também quando ela deve ser entendida – de acordo com as condições da perfeição do conhecimento⁶⁴ – sempre como “ciência *in se*”, não tem de ser determinada em termos histórico-salvíficos. Não é possível provar que a “ciência *in se*” e a “doutrina para nós” são válidas *somente* em relação a certos objetos para cujo conhecimento as diferentes constituições do intelecto humano desempenham uma parte decisiva. Mas, isso não significa que aquele *in se* e aquele *in nobis* não deveriam ser entendidos *também* – e nos exemplos importantes! – em termos histórico-salvíficos⁶⁵: esse é exatamente o caso, quando “ciência *in se*” e “doutrina para nós” são aplicadas àqueles hábitos de conhecimento – em especial, à ciência da essência divina e à ciência do ente como ente –, para cujo conhecimento⁶⁶ as diferentes constituições do intelecto do ser humano representam, sim, um aspecto decisivo. Os conceitos “ciência como tal” ou “em si” e “doutrina para nós” podem, nesse sentido, ser apreendidos na base de diferentes constituições, teologicamente definidas, do intelecto humano *bem como* na base dos diferentes conhecimentos *ad hoc* desse mesmo intelecto.

“Ciência *in se*” e “doutrina para nós” designam modos habituais do conhecimento que se relacionam com o mesmo objeto e com o mesmo desdobramento sistemático de verdades conhecíveis (!)⁶⁷, a cada vez em um diferente modo epistêmico. O que torna, de fato, ambos os modos de conhecimento habitual diferentes é, ao final, a diferente constituição do intelecto a cada vez e, portanto, a diferente relação cognitiva a cada vez entre objeto e potência de conhecimento. Nesse sentido, a interpretação dada aqui ao sentido de “em si” e de “para nós” – isto é, a aceção de um sentido epistêmico *ad hoc* e de um sentido epistêmico histórico-salvífico adicional – está em concordância com a definição de “ciência *in se*” e “doutrina para nós” em *Ordinatio* prol. n. 141 e *Ordinatio* prol. n. 168: uma ciência *in se* é o hábito de conhecimento em que um objeto conhecível específico está em relação cognitiva perfeita com

⁶⁴ Cf. *Lectura* prol. nn. 107-109; *Ordinatio* prol. nn. 208-209.

⁶⁵ Afinal, a avaliação das quatro condições do conhecimento científico aristotélico em *Ordinatio* prol. n. 208, tomadas como um todo e em comparação com a ciência em si, tem também uma dimensão histórico-salvífica.

⁶⁶ Isto é, para o conhecimento científico de determinados objetos.

⁶⁷ Em diferença à “ciência em nós” na *Quaestio de cognitione Dei*, onde “ciência em si” e “ciência em nós” se relacionam ao mesmo sujeito/objeto, mas experimentam – a cada vez como demonstração pela causa e demonstração pelo efeito – um diferente desdobramento sistemático de verdades conhecíveis.

um intelecto apropriado àquele objeto, de forma que o objeto é conhecido *como tal* e, portanto, com evidência, e causa, com o intelecto, seguindo certas condições, conhecimento evidente mediato. Uma doutrina para nós é o hábito de conhecimento em que determinado objeto conhecível se acha em uma relação cognitiva imperfeita com um intelecto inapropriado para ele, de maneira que o objeto nem é conhecido *como tal* e, por isso mesmo, com evidência nem causa, com o intelecto, seguindo certas condições, conhecimento evidente mediato⁶⁸.

2.3 Teoria modal e ciência

A terceira pressuposição para o desenvolvimento do conceito de conhecimento científico, de acordo com Scotus, na sua aplicação à teologia, é a descrição e a análise das implicações da distinção das “partes” da teologia, em *Ordinatio* prol. n. 150, isto é, das verdades teológicas de acordo com a sua modalidade. Scotus mostra, como conclusão de um argumento, que a teologia é dividida com respeito à modalidade das suas verdades, isto é, que as verdades necessárias e as contingentes são “as primeiras partes completas da teologia”⁶⁹. A primeira premissa pressuposta (premissa menor) da demonstração diz que a teologia contém tanto verdades necessárias (*necessaria*) quanto contingentes (*contingentia*). E porque pode ser afirmado que as verdades necessárias e contingentes, assim como elas são apresentadas por Scotus, como verdades sobre Deus como trino ou como uma das Pessoas divinas, são *verdades teológicas* (premissa maior), segue-se a conclusão. O motivo para essa última afirmação é que essas verdades não se relacionam com qualquer ciência da natureza e, portanto, não podem ser conhecidas por meio de qualquer ciência desse âmbito, em absoluto⁷⁰. Com esse ponto, é afirmado também que é uma pressuposição para o conceito de conhecimento científico, de acordo com Scotus, o modo como dever-se-ia definir o conceito

⁶⁸ Para esta subdivisão, cf. em especial Roberto Hofmeister PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Capítulo 1, subdivisões 1.1 a 1.4; Conclusão, subdivisão 3.

⁶⁹ Cf. *Ordinatio* prol. p. 3, qq. 1-3, n. 150, p. 101: “– De tertio dico quod theologia non tantum continet necessaria, sed etiam contingentia. Quod patet, quia omnes veritates de Deo, sive ut trino sive de aliqua persona divina, in quibus comparatur ad extra, sunt contingentes, ut quod Deus creat, quod Filius est incarnatus, et huiusmodi; omnes autem veritates de Deo ut trinus vel ut persona determinata sunt theologicae, quia ad nullam scientiam naturalem spectant; igitur primae partes integrales theologiae sunt duae, scilicet veritates necessariae et contingentes”.

⁷⁰ Cf. também *Ordinatio* prol. p. 1, q. un., n. 41, p. 23-24: “Nec cognoscimus ista eorum propria demonstratione quia et ex effectibus. Quod probatur: nam effectus vel relinquunt intellectum dubium quoad ista propria, vel abducunt illum in errorem. Quod apparet de proprietatibus primae substantiae immaterialis in se; proprietates enim eius est quod sit communicabilis tribus; sed effectus non ostendunt istam proprietatem, [...]. Proprietates etiam istius naturae ad extra est contingenter causare; et ad oppositum huius magis effectus ducunt, in errorem, [...]”.

de verdade contingente e de verdade necessária. “Contingente” e “necessário” designam, no Prólogo da *Ordinatio*, o modo lógico de uma proposição verdadeira, isto é, o modo como os termos em uma dada ligação verdadeira dos mesmos estão conectados. De todo modo, o ponto a fixar-se em mente é que Scotus tem de determinar, por causa da teologia, de que modo fatos e proposições contingentes podem ter uma apreciação em sentido epistemológico, à medida que a teologia é *um tipo de conhecimento*. Ele terá de pensar sobre a relação entre conhecimento e contingência além da relação tradicional entre conhecimento e necessidade⁷¹.

É possível, agora, ver como Scotus conduz a sua análise do conhecimento científico, sempre tendo, com efeito, o método aristotélico como pano de fundo. Em relação a um hábito de conhecimento como a teologia, Scotus retrabalha o conceito de objeto do conhecimento científico, e em realidade procura o objeto próprio considerando cada um dos diferentes tipos de verdades teológicas. Ele o faz respondendo à primeira questão sobre o objeto da teologia, na Parte Terceira do Prólogo da *Ordinatio*, isto é, *qual é o primeiro objeto da teologia*; ele faz o mesmo com respeito à questão central sobre a definição ou *ratio* do primeiro objeto, a segunda pergunta central sobre o primeiro objeto da teologia na Parte Terceira do Prólogo, onde a *ratio* determina o caráter e a extensão da *scientia*⁷². É uma composição habitual de verdades uma ciência, então é preciso encontrar e definir o seu primeiro objeto de acordo com as suas condições formais. Mas, nesse caso, *para encontrar e para definir* o primeiro objeto, é preciso considerar se essa composição habitual é psicológica e epistemicamente *scientia in se* ou *doctrina nobis*. Mas, a determinação do objeto da teologia sob aquelas duas questões principais da Parte Terceira do Prólogo está ainda relacionada especificamente a ambas as *modalidades* de verdades teológicas⁷³. A teologia *in se* e a nossa teologia incluem ambas as modalidades de verdades teológicas. Se elas produzem, acerca de tais verdades teológicas modalmente distintas, um diferente resultado epistêmico, isso se deve às suas diferenças como

⁷¹ Para esta subdivisão, cf. em especial Roberto Hofmeister PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Capítulo 1, subdivisão 1.9.

⁷² *Ordinatio* prol. n. 124; *Ordinatio* prol. n. 151; *Lectura* prol. n. 71; *Ordinatio* prol. n. 133; *Ordinatio* prol. n. 158-167; *Lectura* prol. nn. 77-86; *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 4, nn. 38-51; *Reportatio I A* prol. q. 1, a. 4. A terceira questão principal sobre o primeiro objeto da teologia, isto é, *Ordinatio* prol. p. 3, qq. 1-3, n. 139, p. 94: “Quaeritur utrum scientia ista sit de omnibus ex attributione eorum ad primum eius subiectum”, cai “formalmente e em termos de conteúdo” fora da investigação temática do primeiro objeto da teologia *in se*; cf. Vladimir RICHTER, Textstudien zum Prolog des Oxforder Sentenzenkommentars von Johannes Duns Scotus, *Zeitschrift für Katholische Theologie*, v. 111, 1989, p. 435.

⁷³ A teologia das verdades necessárias e a teologia das verdades contingentes não correspondem a diferentes hábitos da teologia. Eles são um único hábito. O que fundamenta essa unidade é a unidade do objeto das verdades necessárias e contingentes.

hábitos de conhecimento. Sendo assim, as principais questões sobre o primeiro objeto da teologia têm de ser respondidas do seguinte modo. (1) Elas têm de ser respondidas quando as verdades teológicas necessárias são tratadas na teologia *in se*⁷⁴ e quando (2) as mesmas verdades necessárias são tratadas em nossa teologia⁷⁵; quando (3) as verdades teológicas contingentes são tratadas na teologia *in se*⁷⁶ e quando (4) as mesmas verdades contingentes são tratadas em nossa teologia⁷⁷. E, depois disso, é muito importante ter uma projeção correta das intenções de Scotus: ele medirá criticamente o caráter científico de tais hábitos de conhecimento fazendo uso das condições aristotélicas de *episteme*. Concordâncias e expansões a essa ideia de *scientia* vêm sob a análise dos modos em que o conhecimento, *nos sentidos epistêmicos relevantes*, é gerado naqueles hábitos de conhecimento ou não. É com esse método que se poderá visualizar o relato de João Duns Scotus acerca do conhecimento científico, nos contextos privilegiados do Prólogo da *Lectura* e do Prólogo da *Ordinatio*.

3. Conhecimento científico em sentido estrito

A definição do caráter científico da teologia é feita por Scotus através da comparação com quatro condições de ciência em sentido estrito, segundo Aristóteles⁷⁸. Scotus o faz na Parte Quarta do Prólogo da *Ordinatio*, e em verdade ele está interessado, ali, só no caráter epistemológico da teologia *in se*⁷⁹. A avaliação feita por Scotus dessas condições é, sem dúvida, importante para saber quais delas são realmente válidas para a *sua* ideia de um hábito de ciência em “sentido estrito”. Ele afirma que as quatro condições de ciência em sentido estrito, de acordo com Aristóteles⁸⁰, vêm da definição de “conhecer” (*scire*)⁸¹. Scotus citara

⁷⁴ *Ordinatio* prol. nn. 151-168; *Lectura* prol. nn. 71-86.

⁷⁵ *Ordinatio* prol. n. 168; *Lectura* prol. nn. 87-88.

⁷⁶ *Ordinatio* prol. nn. 169-170.

⁷⁷ *Ordinatio* prol. n. 171.

⁷⁸ *Ordinatio* prol. p. 4, q. 1, nn. 208-213; *Lectura* prol. p. 3, q. 1, nn. 107-118.

⁷⁹ Cf. *Ordinatio* prol. p. 4, qq. 1-2, n. 208, p. 141: “Tuxta hoc quaero utrum theologia in se sit scientia, [...]”.

⁸⁰ Ibid.: “– Ad primam quaestionem dico quod scientia stricte sumpta quattuor includit, videlicet: quod sit cognitio certa, absque deceptione et dubitatione; secundo, quod sit de cognitio necessario; tertio, quod sit causata a causa evidente intellectui; quarto, quod sit applicata ad cognitum per syllogismum vel discursum syllogisticum”. Cf. também IOANNES DUNS SCOTUS, **Opera omnia XI.1: Reportata parisiensia: prologus – III d. 25**, (Reprografischer Nachdruck der Ausgabe Lyon 1639), Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1969, prol. q. 1, a. 1, n. 4, p. 2: “[...], scientia est *cognitio certa veri demonstrati necessarij mediati ex necessariis prioribus demonstrati, quod natum est habere evidentiam ex necessario prius evidente, applicato as ipsum per discursum syllogisticum*”.

anteriormente, no Prólogo, a definição aristotélica de “conhecer” ou do “conhecimento das conclusões” (*scientia conclusionum*), isto é, daquele conhecimento que não depende de nada senão da apreensão dos princípios no intuito de chegar, por dedução, com necessidade, até a conclusão⁸², assim como é mostrado em um silogismo perfeito de primeira figura⁸³, provavelmente em seus quatro modos de concluir⁸⁴: “perfeito” chama Aristóteles “[...] um raciocínio conclusivo, que não precisa, para além daquilo que é aceito, de quaisquer outras acepções no intuito de tornar manifesta a sua necessidade; [...]”⁸⁵. Dessa maneira, as quatro condições da ciência podem ser descritas e analisadas do seguinte modo:

(a) A ciência é um “conhecimento certo” (*cognitio certa*), sem equívoco e dúvida⁸⁶.

Esse conhecimento pertence, de acordo com Scotus em *Reportata parisiensia* prol. q. 1 a. 1 n. 4, a cada *virtus intellectualis*, dado que um poder intelectual é uma perfeição do intelecto que o leva à atividade perfeita. A atividade perfeita é o conhecimento certo do que é verdadeiro. Assim, cada *virtus intellectualis* – em que a interpretação scotista do conceito efetivamente depende de *Ética a Nicômaco* VI 3⁸⁷ – é um hábito através do qual a verdade é

⁸¹ Cf. *Ordinatio* prol. p. 4, qq. 1-2, n. 208, p. 141: “Haec apparent ex definitione ‘scire’ I *Posteriorum*”. Cf. ARISTÓTELES, *Zweite Analytik*, in: Hans Günter ZEKL (Hrsg.), op. cit., I 2, 71b9-12, 17-19, p. 314-315.

⁸² Cf. *Ordinatio* prol. p. 1, q. un., n. 9, p. 7.

⁸³ A pergunta se a afirmação de Aristóteles, de que silogismos perfeitos são “essencialmente mais elucidativos que todos os demais”, tem justificação é negada por Günther PATZIG, **Die aristotelische Syllogistik. Logisch-philologische Untersuchungen über das Buch A der „Ersten Analytiken“**, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1963, p. 71-72, 77. G. Patzig, cf. *ibid.*, p. 71, define “silogismo perfeito” segundo Aristóteles do seguinte modo: “[...] os silogismos de primeira figura, que são formados a partir de três proposições necessárias. Igualmente aqueles cujas premissas parciais contêm sempre o fator modal “possível”. Perfeitos são já os silogismos cuja premissa *primeira* e a *conclusio* têm o mesmo fator modal [...]. Restam, portanto, ainda os silogismos cuja primeira premissa e *conclusio* têm *diferentes* fatores modais; e esses Aristóteles *não* reconhece como perfeitos”. Segundo Patzig, cf. *ibid.*, p. 92-93, é no âmbito da lógica que reside a diferença entre conclusões “perfeitas” e “imperfeitas” na evidência desses silogismos. A evidência de silogismos imperfeitos segue contida nas conclusões de primeira figura “na formulação *tradicional* (com a cópula)”, quando as premissas daqueles silogismos são colocadas de diferente modo. Quando a diferença de evidência, fundada objetivamente por propriedades formais de determinados silogismos de primeira figura, é entendida por consideração aos *Segundos analíticos* – em que as propriedades de um raciocínio apodítico *são equiparadas erroneamente* com aquelas de um raciocínio perfeito –, surge para Patzig a falsa concepção de que a silogística aristotélica repousa sobre o fundamento da “metafísica conceitual aristotélica”: “Essa opinião foi um obstáculo para a compreensão da essência própria da lógica”.

⁸⁴ A saber, “barbara”, “celarent”, “darii” e “ferio”. Cf. Patrick H. BYRNE, **Analysis and Science in Aristotle**, Albany: Suny Press, 1997, p. 44-46; I. M. BOCHENSKI, op. cit., p. 74-84.

⁸⁵ Cf. ARISTÓTELES, *Erste Analytik*, in: Hans Günter ZEKL (Hrsg.), **Aristoteles – Erste Analytik/Zweite Analytik**, Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1998, I 1, 24b22-24, p. 4-5.

⁸⁶ Cf. ARISTÓTELES, *Zweite Analytik*, in: Hans Günter ZEKL (Hrsg.), op. cit., I 2, 71b9-10, p. 314-315. Cf. também Mario MIGNUCCI, **L’argomentazione dimostrativa in Aristotele. Commento agli Analitici Secundi I**, Padova: Editrice Antenore, 1975, p. 16.

⁸⁷ Cf. ARISTÓTELES, *Nikomachische Ethik*, in: Günther BIEN (Hrsg.), **Aristoteles’ Nikomachische Ethik**, Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1972, VI 3, 1139b15-18, p. 133.

conhecida *determinate*⁸⁸. Em relação a essa definição, “opinião” (*opinio*), a atividade discursiva da potência do conhecimento que produz certeza só através de probabilidade⁸⁹, e a “suspeita” (*suspicio*), a atividade discursiva da potência do conhecimento que produz certeza só através da inclinação a um de dois contrários⁹⁰, não são *virtutes intellectuales* em absoluto⁹¹. Mais exatamente, entende-se que a verdade ou a proposição verdadeira no hábito da ciência é conhecida *determinate* ou, de acordo com o princípio de bivalência, sob um só de dois valores de verdade possíveis⁹², quando a união do sujeito com o predicado na proposição conclusiva de uma demonstração é conhecida com evidência e certeza através de um tipo de

⁸⁸ Cf. *Ordinatio* prol. p. 4, qq. 1-2, n. 212, p. 145-146: “[...]; tamen secundum quod Philosophus accipit scientiam in VI *Ethicorum*, ut dividitur contra opinionem et suspicionem, bene potest de eis esse scientia, quia et habitus quo determinate verum dicimus”. Cf. Alessandro GHISALBERTI, Metodologia del sapere teologico nel Prologo alla “*Ordinatio*” di Giovanni Duns Scoto, in: Leonardo SILEO (org.), op. cit., p. 286-290. Em outro contexto, mas ainda com respeito à mesma passagem de Aristóteles, Scotus afirma que a “ciência” pode ser entendida como o “assentimento” (*assensus*) determinado a uma verdade conhecida, ainda que o entendimento não assinta a essa verdade com “evidência necessária” (*evidentia necessaria*); cf. IOANNES DUNS SCOTUS, **Opera omnia XXI. Lectura in librum tertium sententiarum: a distinctione decima octava ad quadragesimam**, Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 2004, d. 24, q. un., n. 49, p. 143 [anteriormente editado in: **Opera omnia VII.1: Ordinatio III d. 1 – Ordinatio III d. 25**, Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1968, *Ordinatio* III d. 24, q. un., n. 13, p. 482]: “Similiter, potest esse adhuc formalis assensus non solum per credulitatem adhaerendo testimonio alieno, sed potest esse assensus sicut esset veritati scitae assentitur, licet non ex eisdem causis, scilicet ex evidentia necessaria”. Assim, por exemplo, o intelecto assente a uma parte de uma contradição, isto é, tal como o intelecto assente com evidência a uma conclusão demonstrada, contudo, sem evidência necessária precedente, isto é, sem premissas necessárias conhecidas; cf. ibidem, p. 143-144: “Et de tali evidentia loquitur Philosophus VI *Ethicorum*, quod habitibus intellectualibus dicit aliquis verum determinate, et assentit uni parti, sicut assentiret aliquis conclusioni demonstratae; et ita fides qua assentimus alteri parti contradictionis determinate, esset scientia, secundum Philosophum: et si esset de speculabilibus, reduceretur ad scientiam; si de agibilibus, ad prudentiam; si de factibilibus, ad artem. – Et isto modo fides infusa et scientia de revelatis starent simul, quia sic scientia non proprie accipitur”. Em diferença a *Lectura* III d. 24, q. un., n. 49, não deve ser dito com respeito a *Ordinatio* prol. n. 212 que a fê infusa pode ser, como assentimento firme, um tipo de ciência, mas que a visão intuitiva descrita das verdades contingentes (cf. também *Ordinatio* prol. n. 211) pode ser, como conhecimento determinado firmemente, um tipo de ciência.

⁸⁹ A saber, um tema dos *Tópicos* de Aristóteles.

⁹⁰ A saber, um tema da *Retórica* de Aristóteles; cf. Richard McKEON, Philosophy and the Development of Scientific Methods, *Journal of the History of Ideas*, v. 27, 1966, p. 10-11; Constantino MARMO, *Suspicio: A Key Word to the Significance of Aristotle’s Rhetoric in Thirteenth Century Scholasticism*, *Cahiers de l’Institut du Moyen Âge Grec et Latin*, v. 60, 1990, p. 165-169, 187-191.

⁹¹ Cf. *Reportata parisiensis* prol. q. 1, a. 1, n. 4, p. 2: “Prima condicio scilicet, quod est cognitio certa, excludens omnem deceptionem, opinionem, & dubitationem, convenit omni intellectuali virtuti, quia virtus intellectualis est *perfectio intellectus, disponens* ipsum ad perfectam operatio intellectualis est cognitio veri certa, ideo omnis virtus intellectualis est habitus, quo determinate verum dicimus, propter quod, opinio & suspicio, quibus potest subesse falsum, non sunt virtutes intellectuales”.

⁹² Cf., por exemplo, IOANNES DUNS SCOTUS, **Opera omnia XVII. Lectura in librum primum sententiarum: a distinctione octava ad quadragesimam quintam**, Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1966, I d. 39, qq. 1-5, n. 1, p. 481: “Circa distinctionem trigesimam nonam quaeritur utrum Deus habeat determinatam cognitionem de rebus secundum omnem condicionem existentiae, ut secundum futuritionem”. Cf. A. VOS JACZN et alii, *Lectura* I d. 39 Commentary, in: A. VOS JACZN et alii, **John Duns Scotus Contingency and Freedom – Lectura I 39**, Dordrecht – Boston – London: Kluwer Academic Publishers, 1994, p. 45: “Nesse contexto, ‘determinate’ significa: portando o valor de verdade ‘verdadeiro’ ou ‘falso’”.

“princípio especial” (*principium speciale*) ou da definição essencial do sujeito a ser conhecido⁹³. Nesse sentido, o fundamento para a evidência e a certeza acerca de uma proposição conclusiva reside nas premissas conhecidas com evidência e certeza⁹⁴, e por esse mesmo motivo o hábito correspondente é uma *scientia*, e não um *syllogismus probabilis*⁹⁵.

(b) A ciência se relaciona com alguma coisa conhecida necessária, isto é, com alguma coisa conhecida através de uma demonstração que parte de premissas necessárias⁹⁶.

Fosse concedido que a ciência se relaciona com um objeto verdadeiro contingente, então ela poderia conter também aquilo que é falso, dado que cada objeto contingente pode sofrer mudança. Através da primeira condição, foi conhecido que a ciência é o “hábito cognoscitivo” (*habitus cognoscitivus*) de um objeto verdadeiro. Por que a “necessidade” também tem de ser arrolada como uma condição de tal hábito? No Prólogo das *Reportata parisiensia*, é afirmado que a relação do hábito com o objeto na ciência não é somente uma “relação comum” (*relationem communem*), mas ela é também uma relação “especial” (*specialem*). Por “relação especial” deve entender-se que a relação entre um hábito e o seu objeto é uma relação de “conformidade” (*conformitatem*). Se o objeto não fosse verdadeiro e necessário, então o hábito às vezes se conformaria ao objeto, às vezes não se conformaria, à medida que o objeto é mutável. Esse mesmo *hábito* seria, então, às vezes verdadeiro e às vezes falso, e justamente isso é inaceitável para a ideia de *conhecimento* em sentido estrito⁹⁷.

⁹³ Cf. *Ordinatio* prol. p. 1, q. un., n. 89, p. 53-54: “Et in proposito exemplo adhuc patet propositum. Quia de homine scibile est quod est risibilis, numquam per hoc principium ‘de quolibet’ etc. potest plus inferri nisi ‘igitur de homine risibile vel non-risibile’. Altera igitur pars praedicati disiuncti numquam scietur de subiecto per hoc principium, sed requiritur aliud principium speciale, ut definitio subiecti vel passionis, quod quidem est medium et ratio ad sciendum ‘risibile’ determinate de homine”.

⁹⁴ Cf. L.-M. DE RIJK, Einiges zu den Hintergründen der scotischen Beweistheorie: Die Schlüsselrolle des Sein-Könnens (esse possibile), in: Albert ZIMMERMANN (Hrsg.), op. cit., p. 181.

⁹⁵ Cf. Allan B. WOLTER, The “Theologism” of Duns Scotus, in: Marilyn McCord ADAMS (ed.), **The Philosophical Theology of John Duns Scotus**, Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 216.

⁹⁶ Cf. IOANNES DUNS SCOTUS, **Reportatio I-A – The Examined Report of the Paris Lecture**, ed. by Allan B. WOLTER and Oleg V. BYCHKOV, Latin Text and English Translation, St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute, Vol. 1, 2004, prol. a. 1, n. 8, p. 3: “[...] medio igitur modo accipiendo scientiam prout definitur ‘scire’ I *Posteriorum* [I 2, 71b9-22]], dico quod scientia est cognitio certa veri necessarii quod natum est habere evidentiam ab alio necessario prius evidente applicato ad ipsum per discursum syllogisticum”. Cf. ARISTOTELES, Zweite Analytik, in: Hans Günter ZEKL (Hrsg.), op. cit., I 2, 71b12, p. 314-315: “[...] –, e, em segundo lugar, que isso não pode se dar diferentemente”.

⁹⁷ Cf. *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 2, n. 4, p. 2: “Secunda conditio, scilicet quod sit *veri necessarii*, sequitur ex prima, quia si scientia esset veri contingentis, posset sibi subesse falsum, propter mutationem obiecti, sicut opinioni. Si ergo scientia est essentialiter non tantum includit relationem communem habitus ad obiectum, sed specialem, scilicet conformitatis ad ipsum obiectum. Nunc autem si obiectum non esset verum necessarium, posset habitus idem manens quandoque conformari illi obiecto, & quandoque non, propter mutationem illius

(c) A ciência é causada por uma causa que é evidente à potência do conhecimento. (Na passagem aristotélica de fundo, lê-se, de fato, somente “causa”, e não “causa evidente”⁹⁸.

Acerca da terceira condição, tem-se no Prólogo da *Lectura* “por uma causa e pela evidência do objeto”, ou seja, a causa do saber científico, que é evidente à potência do conhecimento, é o conhecimento evidente do objeto na forma de uma primeira proposição imediata⁹⁹.

Para Scotus, assim é o caso em *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 1, n. 4, com essa condição a “ciência” (*scientia*) e o “entendimento” (*intellectus*) das premissas imediatas são diferenciados. Enquanto o entendimento ganha a evidência por meio do conhecimento do significado dos termos, a ciência obtém evidência por meio de princípios conhecidos¹⁰⁰. A causa evidente à potência do conhecimento consiste, aqui, em uma premissa necessária¹⁰¹, que pode ser entendida como ponto de partida não-demonstrado¹⁰² de uma demonstração¹⁰³. Porém, deveria ser dito que nem em *Lectura* prol. n. 107 nem em *Ordinatio* prol. n. 208 lê-se uma causa evidente e necessária, (ainda que a necessidade conste em *Segundos analíticos* I 2). Isso parece significar que não se vê nessa descrição de Scotus um vínculo natural ou

obiecti, & tunc posset esse quandoque verus, quandoque non verus”. Em *Reportatio* I A prol. a. 1, n. 11, p. 4, Scotus afirma que certeza e necessidade, por causa dos conteúdos essenciais dos objetos, são atribuídos também ao hábito da sabedoria e ao hábito do entendimento: “Istae igitur duae conditiones communes sunt non tantum scientiae sed et sapientiae et intellectui, et conveniunt istis habitibus ex per se rationibus obiectorum quibus necessario conformantur”.

⁹⁸ Cf. ARISTÓTELES, *Zweite Analytik*, in: Hans Günter ZEKL (Hrsg.), op. cit., I 2, 71b10-12, p. 314-315: “[...] –, quando nós, primeiramente, temos em vista conhecer a *causa* por causa da qual dá-se esse estado de coisas – que é justamente causa desse –, [...]”. Cf. Gérard SONDAG, *Commentaire continu*, in: Jean DUNS SCOT, op. cit., p. 73.

⁹⁹ Cf. IOANNES DUNS SCOTUS, **Opera omnia XVI. Lectura in librum primum sententiarum: prologus et distinctiones a prima ad septimam**, Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1960, prol. p. 3, q. 1, n. 107, p. 39: “Ad quam dicendum est quod est scientia quantum ad id quod perfectionis est in scientia. Nam, sicut patet ex definitione scientiae, scientia est cognitio certa, de necessariis, habita per causam et evidentiam obiecti et per applicationem causae ad effectum”.

¹⁰⁰ Cf. *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 1, n. 4, p. 2: “[...] distinguens scientiam ab intellectu principiorum, quia iste est veri habentis evidentiam ex terminis; [...]: scientia est veri habentis evidentiam ex principiis”. Cf. também *Reportatio* I A prol. a. 1, n. 12, p. 4. Cf. Edward D. O’CONNOR, *The Scientific Character of Theology according to Scotus, De doctrina Ioannis Duns Scoti.*, Roma: Cura Commissionis Scotisticae, Vol. III, 1968, p. 4-5, nota 3; H. A. KROP, *The Self-knowledge of God – Duns Scotus and Ockham on the Formal Object of Scientific Knowledge*, in: E. P. BOS and H. A. KROP (eds.), **Ockham and Ockhamists**, Nijmegen: Ingenium Publishers, 1987, p. 84.

¹⁰¹ Cf. *Reportatio* I A prol. a. 1, n. 12, p. 4: “Tertia condicio est propria, distinguens scientiam ab intellectu principiorum quia intellectus est veri habentis evidentiam ex terminis, I *Posteriorum* [I 3, 72b20-25]: “Principia cognoscimus in quantum terminos cognoscimus”. Scientia est veri habentis evidentiam ex principiis”. Cf. também *Reportatio* I A prol. a. 1, n. 8, p. 3.

¹⁰² E, em tese, não demonstrável.

¹⁰³ Cf. W. D. ROSS, Introduction, in: W. D. ROSS (Text, Introduction and Commentary), **Aristotle’s Prior and Posterior Analytics**, Oxford: Clarendon Press, 1965, p. 55-56.

exclusivo entre evidência e necessidade. O significado dessa observação para a teoria do conhecimento científico de Scotus, e que de fato não pode ser esmiuçado aqui, poderá ser visualizado com força por ocasião de uma análise paradigmática do conhecimento do contingente na teologia¹⁰⁴. Levando isso em conta, a interpretação de L. M. De Rijk é correta, segundo a qual Scotus quer dizer com a noção de “causa” não “causa ontológica”, através da qual “aquilo que é significado pelo predicado da proposição conclusiva é atribuído ao sujeito e, então, está contido nele”¹⁰⁵. Com “causa”, Scotus tem em vista, antes, “conclusividade lógica”, ou seja, a *causa evidente* conhecida por um intelecto é “o fundamento lógico para o fato de que aquele que apreende a verdade das premissas, ou pelo menos pressupõe a verdade das premissas, *sabe* que o predicado pertence ao sujeito”¹⁰⁶.

Antes de ser apresentada a quarta condição, é importante enfatizar ainda dois pontos, que podem ser pensados na base de conteúdos das *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 1, n. 4. Tomando consideração àquela passagem, tem de ser notado que, por meio das últimas três condições, *já* foi dito, e isso será confirmado *também* pela quarta condição, que, em uma ciência, uma proposição não-evidente por seus próprios termos pode ser conhecida como verdade necessária por causa das premissas evidentes *per se* e de regras específicas de dedução em uma “conexão necessária”. A proposição que não é conhecida *per se* recebe evidência pela evidência das premissas necessárias, que são necessárias em razão dos termos, e aquela pode ser, por sua vez, também uma premissa necessária para a continuação do processo de demonstração¹⁰⁷. Em segundo lugar, é correto dizer que, para Scotus em *Quodlibet* q. 7, n. 3, essa “conexão necessária” de premissas e conclusões pode “existir entre uma verdade evidente sobre a causa e uma verdade sobre o efeito que deve ser demonstrado, bem como entre uma verdade evidente sobre o efeito e uma verdade sobre a causa que deve

¹⁰⁴ Cf. R. H. PICH, *Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus*, Capítulo 6, Subdivisão 6.4.

¹⁰⁵ Cf. L.-M. DE RIJK, Einiges zu den Hintergründen der scotischen Beweistheorie: Die Schlüsselrolle des Sein-Könnens (esse possibile), in: Albert ZIMMERMANN (Hrsg.), op. cit., p. 180.

¹⁰⁶ Ibid., p. 180-181.

¹⁰⁷ Essa proposição não evidente com base nos termos é entendida por Chisholm dentro do “diretamente evidente *a priori*” como uma proposição não axiomática *a priori*, à medida que aquela proposição é deduzida a partir de uma proposição-axioma evidente e conhecida com certeza. Cf. Roderick M. CHISHOLM, **Person and Object. A Metaphysical Study**, London: George Allen & Unwin, 1976, p. 180: “Podemos, agora, caracterizar o *a priori* como aquilo que pode ser derivado a partir do que é axiomático”. Cf. *ibid.*: “*h* é diretamente evidente *a priori* para S =Df Há uma *e* tal que (a) *e* é axiomática para S, (b) a proposição, se *e* ocorre, então *h* ocorre, é axiomática para S e (c) S considera *h*”.

ser demonstrada”¹⁰⁸. Nesse sentido, o conjunto ou a conexão necessária, em uma determinada ciência, pode consistir em uma demonstração *propter quid a priori* bem como em uma demonstração *quia a posteriori*¹⁰⁹. Com isso, caso sejam bem entendidas as três condições para o conhecimento científico em sentido estrito, de acordo com o conteúdo de *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 1, n. 4, não há então nenhuma contradição no enunciado de que uma demonstração *quia a posteriori* está em concordância com aquelas demandas.

(d) A “ciência” ou o “conhecimento científico” é aplicado à coisa conhecida por meio de um silogismo ou por meio de um discurso silogístico¹¹⁰.

Em relação à quarta condição, o Prólogo da *Lectura* traz “por aplicação [*per applicationem*] da causa ao efeito”¹¹¹. No Prólogo das *Reportata parisiensia*, a quarta condição é entendida de tal modo que, em diferença às demais condições, isto é, (a) certeza, (b) necessidade e (c) evidência do conhecimento, ela não se relaciona ao conteúdo definitório

¹⁰⁸ Cf. Ludger HONNEFELDER, *Ens inquantum ens. Der Begriff des Seienden als solchen als Gegenstand der Metaphysik nach der Lehre des Johannes Duns Scotus*, Münster: Aschendorff, 2^a1989, p. 135. Cf. *Quaestiones quodlibetales* q. 7, n. 3, p. 169: “Prima distinctio est nota *ex primo posteriorum*, quae est, quod demonstrationum alia est *propter quid*, siue per causam; alia *quia*, siue per effectum. Probatur ista distinctio per rationem: quia omne necessarium, & euidens ad aliud, vt necessarium euidens ex terminis, potest demonstrari per illud verum euidens: nunc autem, aliquod verum necessarium non euidens ex terminis, habet connexionem necessariam ad aliquod verum acceptum a causa, [...]”.

¹⁰⁹ Cf. Ludger HONNEFELDER, op. cit., p. 135-136. Cf. *Quaestiones quodlibetales* q. 7, n. 3, p. 169: “[...], & aliquod ad verum acceptum ab effectu, non solum enim veritates de causis non possunt esse sine quibusdam veris de effectibus, sed nec e conuerso, igitur potest aliquod verum demonstrari per aliquod verum euidens acceptum a causa, & tunc *propter quid*, vel per aliquod verum acceptum ab effectu, & tunc *quia*”.

¹¹⁰ Cf. ARISTOTELES, *Zweite Analytik*, in: Hans Günter ZEKEL (Hrsg.), op. cit., I 2, 71b17-19, p. 314-315: “[...]; afirmamos, porém: *também por demonstração há conhecimento*. “Demonstração” chamo eu o *raciocínio que conduz ao conhecimento*; por “conducente ao conhecimento” entendo: “Por meio do qual, conquanto nós o temos, temos conhecimento (de algo)”. Para a semelhança entre as condições para o caráter científico de um hábito, que são apresentadas por Scotus no Prólogo da *Ordinatio*, e os quatro primeiros diferentes significados da expressão “saber” ou “conhecimento” em Ockham, foi apontado por Ruedi IMBACH, *Anmerkungen*, in: WILHELM VON OCKHAM, *Texte zur Theorie der Erkenntnis und der Wissenschaft*, Stuttgart: Philipp Reclam Jun., 1996, nota 143, p. 231. Cf. GUILLELMUS DE OCKHAM, *Opera Philosophica. Expositio in libros Physicorum Aristotelis – Prologus et Liber I*, St. Bonaventure: Cura Instituti Franciscani Universitatis S. Bonaventurae (Editiones Instituti Franciscani Universitatis S. Bonaventurae), 1985, prol. a. 3, p. 5-6, lin. 29-50: “Una est quod scientia uno modo est certa notitia alicuius veri; et sic sciuntur aliqua per fidem tantum”. [...] “Aliter accipitur scientia pro evidenti notitia, quando scilicet aliquid dicitur sciri non tantum propter testimonium narrantium, sed etsi nullus narraret hoc esse, ex notitia aliqua incompleta terminorum aliquorum mediate vel immediate assentiremus ei”. [...]. “Tertio modo dicitur scientia notitia evidens alicuius necessarii. Et isto modo non sciuntur contingentia, sed principia et conclusiones sequentes. Quarto modo dicitur scientia notitia evidens veri necessarii nata causari ex notitia evidenti praemissarum necessariorum applicatarum per discursum syllogisticum. Et isto modo distinguitur scientia ab intellectu qui est habitus principiorum, et etiam a sapientia, sicut docet Philosophus VI *Ethicorum*”.

¹¹¹ Cf. *Lectura* prol. p. 3, q. 1, n. 107, p. 39.

do objeto; consiste, antes, em uma comparação com um intelecto, que é aperfeiçoado pelo objeto conhecido¹¹².

O que resulta como “formulação conclusiva” (*corollarium*) a partir da exposição das quatro condições para a questão sobre o caráter científico do hábito é, de acordo com o Prólogo das *Reportata parisiensia*, que de nenhum objeto se pode *conhecer* qualquer coisa a menos que seja possível possuir diversos conceitos sobre ele. Entre esses, um deve ser “quididativo” (*quiditativus*), e os outros devem ser conceitos *quasi* “denominativos” (*denominativi*), de modo que os últimos se acham em um tipo de ordem para com o conceito quididativo¹¹³. As três primeiras condições tornam possível que se atinja o conhecimento científico através do conteúdo definitório *per se* do sujeito e do objeto (*ex per se ratione subiecti & obiecti*), à medida que, partindo do conteúdo conceitual essencial do primeiro sujeito/objeto da ciência, muitas verdades necessárias ordenadas são capazes de serem conhecidas com evidência¹¹⁴.

4. Uma apreciação crítica dos modos de interpretação da *scientia* scotista

É momento de fazer uma apreciação crítica dos conteúdos de um dos modos de interpretação que foram expostos na primeira parte deste estudo, dado que se tem, agora, uma ideia da exposição e do método de Scotus sobre as condições da ciência em sentido estrito. Primeiramente, é decisivo, aqui, que não é em relação às condições da ciência *necessária* – por exemplo, em relação (b) à condição de necessidade *do objeto!* – em *Ordinatio* prol. n. 208 que os mencionados “critérios psicológicos” do conhecimento são erguidos por Scotus, mas em relação às condições de uma ciência *contingente*, a saber, da teologia do contingente¹¹⁵. Scotus testa e tenta expansões para o modelo aristotélico à medida que é preciso considerar as condições epistêmicas para o conhecimento do contingente também. Mas, nesse caso, ele

¹¹² Cf. *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 1, n. 4, p. 2: “Quarta non ex ratione obiecti, sed ex comparatione ad intellectum talem, vel talem quem perficit”.

¹¹³ Ibid.: “Ex hoc sequitur corollarium, quod de nullo potest aliud sciri, nisi de quo possit plures conceptus haberi; unus quiditativus, & alij quasi denominativi secundum ordinem quemdam habentes ipsum quiditativum conceptum”.

¹¹⁴ Cf. *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 1, n. 4, p. 2: “Vnde tres primae conditiones consequuntur scientiam ex per se ratione subiecti & obiecti, de quo natae sunt veritates necessariae esse in euidencia ordinatae”.

¹¹⁵ *Ordinario* prol. nn. 210-212; *Lectura* prol. nn. 111-112.

oferece *outro modelo* de conhecimento científico. A ideia de um “modelo intuitivo” de ciência pode, do mesmo modo, com evidência textual suficiente, ser relacionada somente com modelos adicionais, considerando a pergunta pelo caráter científico da teologia do contingente. É *manifesto* que, em *Ordinatio* prol. nn. 208-209, bem como em outros contextos do Prólogo da *Ordinatio*¹¹⁶, a teologia *in se* do necessário como *uma* ciência *in se* do necessário – e também, mais simplesmente, a “ciência” para Scotus –, apesar da crítica scotista (só) sobre a condição de discursividade, resta em concordância com o modelo demonstrativo silogístico de ciência de acordo com Aristóteles¹¹⁷. E, além do mais, Scotus não tem a ciência *large* em mente quando ele parece mencionar em *Ordinatio* prol. n. 208 o texto de *Summa* a. 6, q. 1, arg. 1 de Henrique de Gand, mas antes um princípio que pertence, sim, à ciência aristotélica, de acordo com o qual, partindo dos primeiros princípios conhecidos¹¹⁸, é possível ter conhecimento de princípios e verdades adicionais¹¹⁹.

Tanto em relação à ciência *in se* do necessário quanto à ciência *in se* do contingente deve-se, ademais, (a) entender a certeza como uma qualidade subjetiva do conhecimento obtido – como um “critério psicológico” –, mas essa pressupõe¹²⁰ a cada vez um diferente fundamento *objetivo*¹²¹. Sem essa percepção fundamental, o critério da “certeza” epistêmica, pelo sujeito cognoscente, quando da posse ou do caso de conhecimento estrito (científico) simplesmente cai no vazio. Em relação à ciência do necessário, a certeza está relacionada a dois diferentes atos de assentimento, que repousam respectivamente em duas *proposições evidentes* fundamentadas diferentemente¹²², a saber, em princípios evidentes e em conclusões

¹¹⁶ *Ordinatio* prol. nn. 142-145; *Lectura* prol. n. 66; *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 2, n. 5; *Reportatio I A* prol. q. 1, a. 2; *Ordinatio* prol. nn. 158-167; *Lectura* prol. nn. 77-86; *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 4, nn. 38-51; *Reportatio I A* prol. q. 1, a. 4.

¹¹⁷ *Ordinatio* prol. n. 208; *Lectura* prol. n. 107; *Reportata parisiensia* prol. q. 1, a. 1, n. 4; *Reportatio I A* prol. a. 1.

¹¹⁸ Por exemplo, partindo dos primeiros princípios conhecidos da teologia.

¹¹⁹ Cf. também HEINRICH VON GENT, *Summa quaestionum ordinarium*, a. 6, q. 1, arg. 1 (I f. 42E): “Ad primum in oppositum: quod theologia non habet causas & principia: Dicendum quod falsum est: quia habet principia prima credibilia: ex quibus ductu naturalis rationis illustrante lumine supernaturali elici possunt credibilia posteriora pertinentia ad hanc scientiam. Sicut in qualibet alia scientia ex primis principiis lumine naturalis rationis eliciuntur posteriora. Licet tamen diuina omnia sunt principia respectu rerum naturalium: in se tamen quaedam sunt priora quibusdam: quae sunt secundum hoc principia aliorum: etiam item eis quae pertinent ad ipsum deum. secundum quod pater est principium filii, pater & filius spiritus sancti”.

¹²⁰ Com efeito, no segundo modo de interpretação, “certeza” é tratada meramente como “critério psicológico” de conhecimento.

¹²¹ Cf. Peter C. VIER, *Evidence and its Function according to John Duns Scotus*, St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute, 1951, p. 58-59.

¹²² Cf. IOANNES DUNS SCOTUS, *Opera omnia III. Ordinatio – Liber primus: distinctio tertia*, Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1954, I d. 3, p. 1, q. 4, n. 233, p. 140: “Habita certitudine de principiis

evidentes, à medida que são conhecidos *como* evidentes. (Em realidade, também em relação à ciência do contingente a certeza do conhecimento está vinculada ao assentimento a uma proposição evidente imediata¹²³ e a proposições evidentes mediatas¹²⁴). De acordo com isso, Scotus afirma que o conhecimento é certo, à medida que ele é *verdadeiro* e pressupõe-se, ao mesmo tempo, a percepção do conhecimento verdadeiro¹²⁵. Justamente *dessa maneira*, isto é, através da cooperação de critérios objetivos da coisa conhecida, o ato de conhecimento obtém “intensidade” e “firmeza” no intelecto, como Peter C. Vier mostrou em seu antigo estudo, e, portanto, a qualidade subjetiva da “certeza” é obtida a partir da mesma¹²⁶. A mesma relação de critérios objetivos e qualidade subjetiva do conhecimento – bem como a diferença entre evidência epistemológica e psicológica – foi justamente agora feita explícita com respeito à evidência do conhecimento de um princípio e/ou de uma proposição conclusiva. Nesse caso, está-se preocupado com a distinção entre *coisas* e *proposições* evidentes – ao final, entre a *evidentia rei in se* na base da sua “verdade ontológica” – e a evidência do juízo do intelecto obtida através dessa evidência objetiva¹²⁷.

primis, patet quomodo habebitur de conclusionibus illatis ex eis, propter evidentiam formae syllogismi perfecti, - cum certitudo conclusionis tantummodo dependeat ex certitudine principiorum et ex evidentia illationis”. Cf. *Quaestiones quodlibetales* q. 17, n. 11, p. 469: “Cognitio principij seipsa est certa, vel ab objecto, scilicet a principio, quod est a se verum manifestum, vel saltem est manifestum ex terminis, qui sunt per se causae evidentiae principij, & includuntur in ipso: conclusio autem est certa per principium, tanquam per causam suae certitudinis; [...]”. Dado, além disso, que efeito e causa são diferentes com respeito à perfeição, a certeza da conclusão é menor do que a certeza dos princípios. Cf. *Ordinatio* III d. 23, q. un., n. 33, p. 108: “[...], quia conclusio est minus certa quam principia, ex quo tota certitudo illius est a certitudine principii; [...]”.

¹²³ *Ordinatio* prol. n. 169; *Ordinatio* prol. n. 211; *Lectura* prol. n. 112; *Ordinatio* I d. 3 nn. 238-239.

¹²⁴ *Ordinatio* prol. n. 169; *Ordinatio* prol. n. 211; *Lectura* prol. n. 112.

¹²⁵ Cf. Peter C. VIER, op. cit., p. 57, 60. Cf. IOANNES DUNS SCOTUS, *Quaestiones super libros metaphysicorum Aristotelis Libri I-V*, in: R. ANDREWS et alii (eds.), **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica III – Quaestiones super libros metaphysicorum Aristotelis Libri I-V**, St. Bonaventure: Franciscan Institute Publications, 1997 I q. 4, n. 47, p. 110: “[...]: tum quia de omni sensitiva potest intellectiva iudicare qualis ipsa est. Tum quia certitudo numquam est in apprehendendo verum nisi talis sciat veritatem apprehensam, vel sciat illud esse verum quod apprehendit; nam si opinando apprehendam, tamen non sum certus. Solus autem intellectus reflectitur iudicando se apprehendere verum”.

¹²⁶ Cf. Peter C. VIER, op. cit., p. 59. Cf. IOANNES DUNS SCOTUS, **Opera omnia VIII. Ordinatio – Liber secundus: a distinctione quarta ad quadragesimam quartam**, Civitas Vaticana: Typis Vaticanis, 2001, *Ordinatio* II d. 6, q. 2, nn. 58-59, pp. 54-55: “58. [...] dico per idem quod non est in potestate intellectus moderari assensum suum veris quae apprehendit, nam quantum ostenditur veritas principiorum ex terminis vel conclusionum ex principiis, tantum oportet assentire, propter carentiam libertatis. [...] 59. Aliter potest dici quod sicut actus intellectus ‘considerando principium in se’ non potest esse falsus, ita nec actus voluntatis ‘amando finem in se’ potest esse malus, – [...]; tamen sicut actus intellectus posset esse falsus attribuendo veritatem primae causae alicui principio creato, cui non congruit illa veritas, – [...]”.

¹²⁷ Cf. Peter C. VIER, op. cit., p. 39-53, 114-6. Cf. *Ordinatio* I d. 3, p. 1, qq. 1-2, n. 100, p. 64: “[...]; et ita debet intelli ‘veritas’ de qua loquitur Philosophus II *Metaphysicae*, pro evidentia rei in se sive pro intelligibilidade eius ex parte sui. Non autem oportet quod res sicut se habet ad entitatem sic se habeat ad cognosci, nisi in cognosci ab

Junto com essa crítica, ainda deve ser dito, contra a tese de O. Boulnois sobre a “evidência da coisa” na concepção scotista do conhecimento científico, que a evidência do objeto – do objeto em uma estrutura sistematizada como a “ciência” – é, naturalmente, a evidência de um enunciado proposicional (do primeiro princípio da ciência!). Mas, dessa maneira, é trazido em realidade ao conhecimento, no hábito da ciência, por meio do e no intelecto – para Aristóteles e para Scotus (portanto, em consideração à sua teoria da *species*) –, certamente o *objeto-coisa real* mediado por uma linguagem natural¹²⁸. Sobre o caráter representativo (e intencional), a propósito, da *species intelligibilis* para Scotus, a título de posse na mente do objeto real independentemente de sua realidade presente, não há mais por que discutir na *Scotusforschung*¹²⁹. Além do mais, e com isso está-se argumentando contra uma tese de G. Sondag sobre a terceira condição do conhecimento científico em *Lectura* prol. n. 107, a afirmação de que Aristóteles não menciona a “a evidência do objeto” como causa do hábito científico em *Segundos analíticos* I 2 não está assegurada. Em *Lectura* prol. n. 107 e *Ordinatio* prol. n. 208, Scotus fala da evidência do primeiro objeto-proposição por causa do significado dos seus termos¹³⁰. Aristóteles fala, em *Segundos analíticos* I 2, 71b20-23, de premissas “verdadeiras” (*aleton*), “primárias” (*proton*), “imediatas” (*ameson*), “mais conhecidas” (*gnorimoteron*) e “anteriores” (*proteron*)¹³¹, finalmente de premissas que são “causais” (*aition*) para o conhecimento científico obtido na proposição conclusiva¹³². Se a expressão “evidente” (*evidens*) não tem correspondente estrito ali, aquelas proposições são de tal ordem que, para quem compreende os seus termos, não há como não afirmar de imediato a verdade de sua conexão. Isso é o que, de modo fundamental, “evidência proposicional” e, em seguida, “evidência epistêmica” estrita significam nos termos scotistas¹³³.

intellectu illo qui respicit intelligibilia omnia secundum gradum proprium cognoscibilitatis eorum, qualis non est noster, [...]”.

¹²⁸ Cf. R. H. PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Capítulo 1, Subdivisão 1.6.

¹²⁹ Cf. Roberto Hofmeister PICH, *Cognitio intuitiva* e modalidades epistêmicas, *Itinerarium*, v. 55, 2009, p. 374-382, com significativa menção, nas notas de rodapé, de bibliografia sobre o tema.

¹³⁰ *Ordinatio* prol. n. 142.

¹³¹ Também Scotus fala nesses termos das proposições evidentes conhecidas *per se*. Cf. R. H. PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Capítulo 1, Subdivisão 1.5.2.1.4.

¹³² Cf. acima, na Introdução e na nota 37 a menção de texto de Aristóteles; cf. R. H. PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Capítulo 1, Subdivisão 1.5.2.1.1; Capítulo 3, Subdivisões 3.2.2.2 e 3.2.3.2.2.

¹³³ Cf. também Brennan VAN HOOK, Duns Scotus and the Self-Evident Proposition, in: *The New Scholasticism*, v. 36, 1962, p. 29-48; Roy R. EFFLER, Duns Scotus and the Necessity of First Principles of the Knowledge, in: *De doctrina Ioannis Duns Scoti*, Roma: Cura Commissionis Scotisticae, Vol. II, 1968, p. 3-20;

No mesmo passo, pode-se argumentar também contra a relevância da observação de G. Sondag (cf. a Introdução acima) de que Aristóteles não afirma que o conhecimento científico é causado pelo objeto. Ora, não seria essa, em sentido mínimo, uma consequência daquilo que Aristóteles declara? Afinal, o objeto, apresentado ao assentimento intelectual como objeto determinado (portanto, definido em sua *ratio*), causa o conhecimento científico. De toda maneira, é verdade que o conceito de causa também se insere, na epistemologia scotista do conhecimento científico, no campo gnoseológico. De acordo com isso, a *species intelligibilis*, que é a presença só representada e inteligível do objeto real, causa – ou, ao menos, pode causar – o hábito da ciência no intelecto. Mas, tanto a causa, que é aquela formalidade, como o que ela produz no intelecto estão relacionados com a realidade. Assim, *a parte rei* uma essência causa tudo o que pode ser conhecido essencialmente de si mesma.

Além disso, não há nada em *Lectura* prol. pp. 2-3 e *Ordinatio* prol. pp. 3-4 que force a conclusão de que o “objeto evidente”, na (c) terceira condição, diz respeito ao “conhecimento intuitivo” evidente do objeto na teologia *in se*. Mesmo que a discussão apareça com relevo nos textos trazidos em *Reportatio parisiensis* I A prol. q. 2 e *Reportata parisiensis* prol. q. 2¹³⁴, mesmo ali o conhecimento de uma essência – como a essência divina – possibilitado por uma *species intelligibilis* perfeita é entendido como tendo grau suficientemente elevado para pertencer à classificação do conhecimento científico estrito.

Conclusão

Os tipos de conhecimento científico que o primeiro objeto ou o primeiro sujeito causa, junto com um intelecto apropriado, são, para Scotus, na base das fontes investigadas, sobretudo dos Prólogos de *Lectura*, *Ordinatio*, *Reportatio parisiensis* I A e *Reportata parisiensis*, e ainda dos textos em torno da “potência absoluta” e da “ciência como na maior

Roberto Hofmeister PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Capítulo 1, Subdivisões 1.5.2.1.3 e 1.5.2.1.4. Cf. IOANNES DUNS SCOTUS, **Opera omnia II. Ordinatio – Liber primus: distinctio prima et secunda**, Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1950, I d. 2, p. 1, qq. 1-2, nn. 15-17, p. 131-132; *Lectura* I d. 3, p. 1, q. 3, p. 292-293, n. 173; *Ordinatio* I d. 3, p. 1, q. 4, n. 230, p. 138-139.

¹³⁴ Roberto Hofmeister PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Conclusão, Subdivisões 1 e 1.1.

parte dos casos” na *Reportatio parisiensis* I A dd. 42 e 44, efetivamente cinco ao todo¹³⁵. Quatro desses tipos se relacionam claramente com o conceito de “ciência *in se*” e com a teoria da modalidade de Scotus. Os mesmos quatro modelos foram desenvolvidos, originalmente, para fundamentar o caráter científico da teologia, mas se prestam claramente ao significado de “ciência” ou “conhecimento científico” em sentido geral. Em todos os cinco modelos, além disso, a percepção intelectual inicial na essência do primeiro objeto ou no ser do sujeito “como tal” é um fundamento central da teoria da ciência como um todo, ao passo que é realmente correto afirmar que a função de explanação recebe muito pequena atenção. De todo modo, no intuito de não sair do caminho, já no início dos estudos sobre a teoria scotista da ciência, dever-se-ia remarcar, explicitamente, traços que ao percebedor atento dos sinais não precisariam de revisão – e, com isso, evidencia-se, contra O. Boulnois e G. Sondag (contra os termos do segundo modo de interpretação exposto, acima, na Subdivisão 1), que não há rejeição, por João Duns Scotus, do modelo aristotélico de *episteme*, mas antes uma explícita expansão desse modelo, à medida que os traços essenciais do conhecimento estrito, a saber, (a) a certeza, (b) a necessidade (imutabilidade ou firmeza) *do conhecimento*, não obrigatoriamente *do conhecido*, e a (c) evidência, provam-se como cobrindo um campo objetivo mais amplo.

O conhecimento científico é, primeiramente, o conhecimento de um objeto necessário de acordo com o seu conteúdo conceitual próprio. Esse conhecimento de um objeto, que foi definido pela primazia da contenção ou inclusão virtual de todas as verdades do próprio hábito, consiste em um sistema lógico-dedutivo de conclusões necessárias na base de premissas necessárias e conhecidas *per se*¹³⁶. As condições para o conhecimento científico *in*

¹³⁵ Cf. Roberto Hofmeister PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Conclusão, Subdivisão 4; Roberto Hofmeister PICH, Onipotência e conhecimento científico, in: Ana Celina LERTORA-MENDOZA (ed.), op. cit., p. 16-17 (87-88); IDEM, Scotus on Absolute Power and Knowledge (Continuation and End), op. cit., p. 31-33. O quinto modelo é a ciência subordinada; cf. sobre isso Roberto Hofmeister PICH, **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus**, Capítulo 7; Roberto Hofmeister PICH, Subordinação das ciências e conhecimento experimental: um estudo sobre a recepção do método científico de Alhazen em Duns Scotus, in: Luis Alberto DE BONI e Roberto Hofmeister PICH (orgs.), **A recepção do pensamento greco-árabe e judaico na filosofia medieval**, Porto Alegre: Edipucrs, 2004, p. 573-616; IDEM, A crítica de Scotus à teoria tomasiana da subordinação das ciências, **Scintilla**, v. 2/1, 2005, p. 11-66; IDEM, Untersuchungen zu Scotus’s Rezeption der wissenschaftlichen Methodologie des Alhazens (Ibn al-Haythams), in: Andreas SPEER und Lydia WEGENER (Hrsg.), **Miscellanea Mediaevalia 33 – Wissen über Grenzen**, Berlin – New York: Walter de Gruyter, 2006, p. 297-326.

¹³⁶ A concepção scotista de ciência que pode ser conhecida a partir dos *Theoremata* está em concordância com esse primeiro modelo da ciência segundo *Lectura* prol. qq. 2-3 e *Ordinatio* prol. qq. 3-4; cf. Mechtild DREYER, Wissenschaft als Satzsystem. Die *Theoremata* des Johannes Duns Scotus und die Entwicklung des kategorisch-

se do necessário são as seguintes três condições *objetivas*¹³⁷ da perfeição do conhecimento: (a) certeza, (b) necessidade e (c) evidência. Na ciência *in se* do necessário, a (d) condição de discursividade, se ela não é abandonada por completo, é modificada, para os termos da teologia *in se* e de um conhecimento rigorosamente perfeito, em diversos modos não-aristotélicos. Mesmo assim, uma vez que essa última condição não pertence à definição própria de ciência, pode-se dizer que, para Scotus, o conhecimento do necessário que satisfaz as três condições de perfeição é um “conhecimento científico”. A *episteme apodeiktike* aristotélica está, pois, em concordância com a concepção scotista de conhecimento científico.

Referências

Fontes

ALEXANDER DE HALES. **Summa theologica**. Tomus I. Liber Primus. Ad Claras Aquas (Quaracchi): Studio et Cura PP. Collegii S. Bonaventurae, 1924.

ARISTOTELES. Erste Analytik. In: ZEKL, Hans Günter (Hrsg.). **Aristoteles – Erste Analytik/Zweite Analytik**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1998, p. 1-307.

_____. Metaphysik – Erster Halbband (Bücher I(A) – VI (E)). In: SEIDL, Horst (Hrsg.). **Aristoteles’ Metaphysik**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1989, p. 1-263.

_____. Metaphysik – Zweiter Halbband (Bücher VII-XIV). In: SEIDL, Horst (Hrsg.). **Aristoteles’ Metaphysik**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1991, p. 1-371.

_____. Nikomachische Ethik. In: BIEN, Günther (Hrsg.). **Aristoteles’ Nikomachische Ethik**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1972, p. 1-261.

_____. Zweite Analytik. In: ZEKL, Hans Günter (Hrsg.). **Aristoteles – Erste Analytik/Zweite Analytik**. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1998, p. 309-523.

AUGUSTINUS, Sanctus Aurelius. *De libero arbitrio*. In: AUGUSTINUS, Sanctus Aurelius. **Aurelii Augustini Opera Pars II,2**. CCSLatina XXIX. Turnholti: Typographi Brepols Editores Pontificii, 1970, p. 209-321.

GUILLELMUS DE OCKHAM. **Opera Philosophica. Expositio in libros Physicorum Aristotelis – Prologus et Liber I**. St. Bonaventure: Cura Instituti Franciscani Universitatis S. Bonaventurae (Editiones Instituti Franciscani Universitatis S. Bonaventurae), 1985.

HEINRICH VON GENT. **Summa quaestionum ordinarium**. Paderborn, 1520.

deduktiven Wissenschaftsbegriffs, in: Ludger HONNEFELDER; Mechtild DREYER; Rega WOOD, *John Duns Scotus – Metaphysics and Ethics*, Leiden: E. J. Brill, 1996, p. 102-105.

¹³⁷ Cf. a discussão sobre o caráter subjetivo e objetivo dessas condições de conhecimento in: R. H. PICH, *Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus*, Capítulo 6, Subdivisão 6.1.

IOANNES DUNS SCOTUS. **Opera omnia I. Ordinatio: prologus.** Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1950.

_____. **Opera omnia II. Ordinatio – Liber primus: distinctio prima et secunda.** Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1950.

_____. **Opera omnia III. Ordinatio – Liber primus: distinctio tertia.** Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1954.

_____. **Opera omnia XVI. Lectura in librum primum sententiarum: prologus et distinctiones a prima ad septimam.** Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1960.

_____. **Opera omnia XVII. Lectura in librum primum sententiarum: a distinctione octava ad quadragesimam quintam.** Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1966.

_____. **Opera omnia XXI. Lectura in librum tertium sententiarum: a distinctione decima octava ad quadragesimam.** Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 2004.

_____. Quaestio de cognitione Dei. In: HARRIS, C. S. R. **Duns Scotus.** Oxford, Vol. 2, 1927 (Ndr. New York 1959), p. 379-398.

_____. Quaestiones super libros metaphysicorum Aristotelis Libri I-V. In: ANDREWS, R. et alii (eds.). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica III – Quaestiones super libros metaphysicorum Aristotelis Libri I-V.** St. Bonaventure: Franciscan Institute Publications, 1997.

_____. Quaestiones super libros metaphysicorum Aristotelis Libri VI-IX. In: ANDREWS, R. et alii (eds.). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica IV – Quaestiones super libros metaphysicorum Aristotelis Libri VI-IX.** St. Bonaventure: Franciscan Institute Publications, 1997.

_____. **Reportatio I-A – The Examined Report of the Paris Lecture.** Ed. By Allan B. Wolter and Oleg V. Bychkov. Latin Text and English Translation. St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute, Vol. 1, 2004.

IOANNES DUNS SCOTUS. **Opera omnia VI.1: Ordinatio II d. 1 – Ordinatio II d. 6.** (Reprografischer Nachdruck der Ausgabe Lyon 1639). Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1968.

_____. **Opera omnia VII.1: Ordinatio III d. 1 – Ordinatio III d. 25.** (Reprografischer Nachdruck der Ausgabe Lyon 1639). Hildesheim, Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1968.

_____. **Opera omnia XI.1: Reportata parisiensia: prologus – III d. 25.** (Reprografischer Nachdruck der Ausgabe Lyon 1639). Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1969.

_____. **Opera omnia XI.2: Reportata parisiensia: IV d. 1 – IV d. 49.** (Reprografischer Nachdruck der Ausgabe Lyon 1639). Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1969.

_____. **Opera omnia XII: Quaestiones quodlibetales.** (Reprografischer Nachdruck der Ausgabe Lyon 1639). Hildesheim: Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1969.

Literatura secundária

- BOCHEŃSKI, I. M. **Formale Logik**. Freiburg – München: Verlag Karl Alber, 1956.
- BOEHNER, Philotheus und GILSON, Étienne. **Christliche Philosophie**. Paderborn: Verlag Ferdinand Schöningh, ³1954.
- BOULNOIS, Olivier. **Duns Scot, la rigueur de la charité**. Paris: Les Éditions du Cerf, 1998.
- BYRNE, Patrick H. **Analysis and Science in Aristotle**. Albany: Suny Press, 1997.
- CHISHOLM, Roderick M. **Person and Object. A Metaphysical Study**. London: George Allen & Unwin, 1976.
- COURTENAY, W. J. Duns Scotus at Paris. In: SILEO, Leonardo (org.). **Via Scoti – Methodologica ad mentem Joannis Duns Scoti**. Atti del Congresso Scotistico Internazionale Roma 9-11 marzo 1993. Roma: PAA – Edizioni Antonianum, Vol. I, 1995, p. 149-163.
- DE BONI, Luis Alberto. Sobre a vida e a obra de Duns Scotus. In: DE BONI, Luis Alberto e PICH, Roberto Hofmeister. *Veritas*, v. 53:3, 2008, p. 7-31.
- DE RIJK, Lambert-Marie. Die Bedeutungslehre der Logik im 13. Jahrhundert und ihr Gegenstück in der metaphysischen Spekulation. In: ZIMMERMANN, Albert (Hrsg.). **Miscellanea Mediaevalia 7 – Methoden in Wissenschaft und Kunst des Mittelalters**. Berlin: Walter de Gruyter, 1970, p. 1-22.
- _____. Einiges zu den Hintergründen der scotischen Beweistheorie: Die Schlüsselrolle des Sein-Könnens (*esse possibile*). In: ZIMMERMANN, Albert (Hrsg.). **Miscellanea Mediaevalia 20 – Die Kölner Universität im Mittelalter. Geistige Wurzeln und soziale Wirklichkeit**. Berlin: Walter de Gruyter, 1989, p. 176-191.
- DEMANGE, Dominique. “Objet premier d’inclusion virtuelle” – Introduction à la théorie de la science de Jean Duns Scot. In: BOULNOIS, Olivier; KARGER, Elizabeth; SOLÈRE, Jean-Luc; SONDAG, Gérard (eds.). **Duns Scot à Paris 1302-2002**. Turnhout: Brepols, 2004, p. 89-116.
- DETTLOFF, Werner. Heilswahrheit und Weltweisheit – Zur Stellung der Philosophie bei den Franziskanertheologen der Hochscholastik. In: SCHEFFCZYK, Leo; DETTLOFF, Werner; HEINZMANN, Richard (Hrsg.). **Wahrheit und Verkündigung**. Michael Schmaus zum 70. Geburtstag. München – Paderborn – Wien: Verlag Ferdinand Schöningh, Band I, 1967, p. 619-634.
- DOD, Bernard G. Aristoteles latinus. In: KRETZMANN, Norman; KENNY, Anthony; PINBORG, Jan (eds.). **The Cambridge History of Later Medieval Philosophy. From the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism 1100-1600**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 45-79.
- DREYER, Mechtild. Wissenschaft als Satzsystem. Die *Theoremata* des Johannes Duns Scotus und die Entwicklung des kategorisch-deduktiven Wissenschaftsbegriffs. In: HONNEFELDER, Ludger; DREYER, Mechtild; WOOD, Rega. **John Duns Scotus – Metaphysics and Ethics**. Leiden: E. J. Brill, 1996, p. 87-105.
- EFFLER, Roy R. Duns Scotus and the Necessity of First Principles of the Knowledge. In: **De doctrina Ioannis Duns Scoti**. Acta Congressus Scotistici Internationalis – Oxonii et

Edimburgi 11-17 sept. 1966 celebrati. Roma: Cura Commissionis Scotisticae, Vol. II, 1968, p. 3-20.

FINKENZELLER, Josef. **Offenbarung und Theologie nach der Lehre des Johannes Duns Scotus. Eine historische und systematische Untersuchung.** Münster: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1961.

FLASCH, Kurt. **Das philosophische Denken im Mittelalter. Von Augustin zu Machiavelli.** Stuttgart: Philipp Reclam Jun., 1995.

GHISALBERTI, Alessandro. Metodologia del sapere teologico nel Prologo alla “Ordinatio” di Giovanni Duns Scoto. In: SILEO, Leonardo (org.). **Via Scoti – Methodologica ad mentem Joannis Duns Scoti.** Atti del Congresso Scotistico Internazionale Roma 9-11 marzo 1993. Roma: PAA – Edizioni Antonianum, Vol. I, 1995, p. 275-290.

GILSON, Étienne. **La philosophie au moyen age. Des origines patristiques a la fin du XIVE siècle.** Paris: Payot, 1950.

_____. Les sources gréco-arabes de l’augustinisme avicennisant. *Archives d’Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge*, v. 4, p. 5-129, 1929.

GÖSSMANN, Elisabeth. **Metaphysik und Heilsgeschichte. Eine theologische Untersuchung der Summa Halensis (Alexander von Hales).** München: Max Hueber Verlag, 1964.

GRABMANN, Martin. **Die theologische Erkenntnis- und Einleitungslehre des hl. Thomas von Aquin auf Grund seiner Schrift „In Boethium de Trinitate“.** Im Zusammenhang der Scholastik des 13. und beginnenden 14. Jahrhunderts dargestellt. Freiburg in der Schweiz: Paulusverlag, 1948.

HÖDL, Ludwig. Von der theologischen Wissenschaft zur wissenschaftlichen Theologie bei den Kölner Theologen Albert, Thomas und Duns Scotus. In: ZIMMERMANN, Albert (Hrsg.). **Miscellanea Mediaevalia 20 – Die Kölner Universität im Mittelalter. Geistige Wurzeln und soziale Wirklichkeit.** Berlin: Walter de Gruyter, 1989, p. 19-35.

HONNEFELDER, Ludger. **Ens in quantum ens. Der Begriff des Seienden als solchen als Gegenstand der Metaphysik nach der Lehre des Johannes Duns Scotus.** Münster: Aschendorff, 21989.

_____. *Scientia in se – scientia in nobis: Zur philosophischen Bedeutung einer wissenschaftstheoretischen Unterscheidung.* In: CRAEMER-RUEGENBERG, Ingrid und SPEER, Andreas (Hrsg.). **Miscellanea Mediaevalia 22 – Scientia und ars im Hoch- und Spätmittelalter.** Berlin: Walter de Gruyter, 1994, p. 204-214.

IMBACH, Ruedi. Anmerkungen. In: WILHELM VON OCKHAM. **Texte zur Theorie der Erkenntnis und der Wissenschaft.** Stuttgart: Philipp Reclam Jun., 1996, p. 217-232.

JACOBI, Klaus. (VI – Logik und Theologie) Zur Einführung VI. In: JACOBI, Klaus (Hrsg.). **Argumentationstheorie. Scholastische Forschungen zu den logischen und semantischen Regeln korrekten Folgerns.** Leiden: E. J. Brill, 1993, p. 671-678.

KROP, Henri Adriën. **De status van de theologie volgens Johannes Duns Scotus. De verhouding tussen theologie en metafysica.** Amsterdam: Rodopi, 1987.

_____. The Self-knowledge of God – Duns Scotus and Ockham on the Formal Object of Scientific Knowledge. In: BOS, E. P. and KROP, H. A. (eds.). **Ockham and Ockhamists**. Nijmegen: Ingenium Publishers, 1987, p. 83-92.

LAURIOLA, Giovanni. Il rapporto tra esperienza e conoscenza scientifica nelle *Questioni sulla metafisica* di G. Duns Scoto. In: BÉRUBÉ, Camille (ed.). **Regnum hominis et regnum Dei**. Roma: Societas Internationalis Scotistica, Vol. II, 1978, p. 523-529.

_____. Introduzione al concetto di scienza in generale nella *Lectura* e nell’*Ordinatio* di Duns Scoto. **Studi Francescani**, v. 78, p. 47-121, 1981.

_____. Introduzione al concetto di scienza in generale nelle “Questioni sulla Metafisica” di Duns Scoto. **Studi Francescani**, v. 77, p. 51-86, 1980.

_____. La critica al concetto aristotelico di scienza di Duns Scoto. In: LAURIOLA, Giovanni (a cura di). **Scienza filosofia e teologia**. Bari: Levante Editori, 1993, p. 159-177.

LEINSLE, Ulrich G. Die Einheit der Wissenschaft nach Johannes Duns Scotus. **Wissenschaft und Weisheit**, v. 42, p. 157-176, 1979.

LOSEE, John. **A Historical Introduction to the Philosophy of Science**. Oxford – New York: Oxford University Press, ³1993.

MARMO, Constantino. *Suspicio*: A Key Word to the Significance of Aristotle’s *Rhetoric* in Thirteenth Century Scholasticism. **Cahiers de l’Institut du Moyen Âge Grec et Latin**, v. 60, p. 145-198, 1990.

McKEON, Richard. Philosophy and the Development of Scientific Methods. **Journal of the History of Ideas**, v. 27, p. 3-22, 1966.

MIGNUCCI, Mario. **L’argomentazione dimostrativa in Aristotele. Commento agli Analitici Secundi I**. Padova: Editrice Antenore, 1975.

_____. **La teoria aristotelica della scienza**. Firenze: G. C. Sansoni Editore (Facoltà di Magistero dell’Università di Padova VII), 1965.

MOODY, Ernest A. The Medieval Contribution to Logic. In: MOODY, Ernest A. **Studies in Medieval Philosophy, Science and Logic – Collected papers 1933-1969**. Berkeley – Los Angeles – London: University of California Press, 1975, p. 371-392.

O’CONNOR, Edward D. The Scientific Character of Theology according to Scotus. In: **De doctrina Ioannis Duns Scoti**. Roma: Cura Commissionis Scotisticae, Vol. III, 1968, p. 03-50.

PANNENBERG, Wolfhart. **Wissenschaftstheorie und Theologie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1973.

PASNAU, Robert. **Theories of Cognition in the Later Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PATZIG, Günther. **Die aristotelische Syllogistik. Logisch-philologische Untersuchungen über das Buch A der „Ersten Analytiken“**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, ²1963.

PICH, R. H. A crítica de Scotus à teoria tomasiana da subordinação das ciências. **Scintilla**, v. 2/1, p. 11-66, 2005.

_____. *Cognitio intuitiva* e modalidades epistêmicas. **Itinerarium**, v. 55, p. 357-391, 2009.

_____. **Der Begriff der wissenschaftlichen Erkenntnis nach Johannes Duns Scotus.** Bonn: Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität Bonn, 2001.

_____. Onipotência e conhecimento científico. In: LERTORA-MENDOZA, Ana Celina (ed.). **XII Congresso Latino-Americano de Filosofia Medieval: Juan Duns Escoto.** Buenos Aires: FEPAI, 2008, p. 1-17 (72-88).

_____. Scotus on Absolute Power and Knowledge. *Patristica et Mediaevalia*, v. 31, p. 3-27, 2010.

_____. Scotus on Absolute Power and Knowledge (Continuation and End). *Patristica et Mediaevalia*, v. 32, p. 15-37, 2011.

_____. Scotus on Contingent Propositions ‘Known Through Themselves’ (*per se notae*). In: MÖHLE, Hannes; HONNEFELDER, Ludger, et alii (Hrsg.). **Archa Verbi Subsidia 5 – Johannes Duns Scotus 1308-2008. Die philosophischen Perspektiven seines Werkes. Investigations into his Philosophy.** Münster: Aschendorff, 2010, p. 277-306.

_____. Subordinação das ciências e conhecimento experimental: um estudo sobre a recepção do método científico de Alhazen em Duns Scotus. In: DE BONI, Luis Alberto e PICH, Roberto Hofmeister (orgs.). **A recepção do pensamento greco-árabe e judaico na filosofia medieval.** Porto Alegre: Edipucrs, 2004, p. 573-616.

_____. Untersuchungen zu Scotus’s Rezeption der wissenschaftlichen Methodologie des Alhazens (Ibn al-Haythams). In: SPEER, Andreas und WEGENER, Lydia (Hrsg.), **Miscellanea Mediaevalia 33 – Wissen über Grenzen,** Berlin – New York: Walter de Gruyter, 2006, p. 297-326.

RAPP, Christof. Einleitung: Die Substanzbücher der *Metaphysik*. In: RAPP, Christof (Hrsg.). **Aristoteles – Metaphysik: Die Substanzbücher (Z, H, Θ).** Berlin: Akademie Verlag, 1996, p. 1-26.

_____. Substanz als vorrangig Seiendes (Z 1). In: RAPP, Christof (Hrsg.). **Aristoteles – Metaphysik: Die Substanzbücher (Z, H, Θ).** Berlin: Akademie Verlag, 1996, p. 27-40.

RICHTER, Vladimir. Textstudien zum Prolog des Oxforder Sentenzenkommentars von Johannes Duns Scotus. *Zeitschrift für Katholische Theologie*, v. 111, p. 431-449, 1989.

ROSS, W. D. Introduction. In: ROSS, W. D. (Text, Introduction and Commentary). **Aristotle’s Prior and Posterior Analytics.** From Corrected Sheets of the First Edition 1957 and with Further Corrections 1965. Oxford: Clarendon Press, 1965, p. 1-95.

SCHALÜCK, Hermann. Der Wissenschaftscharakter der Theologie nach Johannes Duns Scotus. *Wissenschaft und Weisheit*, v. 34, p. 141-153, 1971.

SEIDL, Horst. Einleitung. In: SEIDL, Horst (Hrsg.). **Aristoteles’ Metaphysik – Erster Halbband (Bücher I(A) – VI (E)).** Hamburg: Felix Meiner Verlag, ³1989, p. XI-LXIX.

SERENE, Eileen. Demonstrative Science. In: KRETZMANN, Norman; KENNY, Anthony; PINBORG, Jan (eds.). **The Cambridge History of Later Medieval Philosophy. From the Rediscovery of Aristotle to the Disintegration of Scholasticism 1100-1600,** Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 496-517.

SONDAG, Gérard. Commentaire Continu. In: JEAN DUNS SCOT. **La théologie comme science pratique (Prologue de la *Lectura*)**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1996, p. 25-130.

VAN HOOK, Brennan. Duns Scotus and the Self-Evident Proposition. *The New Scholasticism*, v. 36, p. 29-48, 1962.

VIER, Peter C. **Evidence and its Function according to John Duns Scotus**. St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute, 1951.

VOS, Antonie. **Kennis en noodzakelijkheid. Een kritische analyse van het absolute evidentialisme in wijsbegeerte en theologie**. Kampen: Uitgeversmaatschappij, 1982.

_____. Knowledge, Certainty and Contingency. In: BOS, E. P. (ed.). **John Duns Scotus Renewal of Philosophy**. Amsterdam – Atlanta: Rodopi, 1998, p. 75-88.

VOS JACZN, A.; VELDHUIS, H.; LOOMAN-GRAASKAMP A. H.; DEKKER, E.; DEN BOK N. W. Introduction. In: VOS JACZN, A. et alii. **John Duns Scotus Contingency and Freedom – *Lectura I 39***. Introduction, Translation and Commentary. Dordrecht – Boston – London: Kluwer Academic Publishers, 1994, p. 1-40.

_____. **John Duns Scotus Contingency and Freedom – *Lectura I 39***. Introduction, Translation and Commentary. Dordrecht – Boston – London: Kluwer Academic Publishers, 1994.

_____. *Lectura I d. 39* Commentary. In: VOS JACZN, A. et alii. **John Duns Scotus Contingency and Freedom – *Lectura I 39***. Introduction, Translation and Commentary. Dordrecht – Boston – London: Kluwer Academic Publishers, 1994, p. 43-189.

WILLIAMS, Thomas. Introduction – The Life and Works of John Duns the Scot. In: WILLIAMS, Thomas (ed.). **The Cambridge Companion to Duns Scotus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 1-14.

WOLTER, Allan B. Reflections about Scotus’s Early Works. In: HONNEFELDER, Ludger; DREYER, Mechtild; WOOD, Rega (eds.). **John Duns Scotus – Metaphysics and Ethics**. Leiden: E. J. Brill, 1996, p. 37-57.

_____. The “Theologism” of Duns Scotus. In: ADAMS, Marilyn McCord (ed.). **The Philosophical Theology of John Duns Scotus**. Ithaca: Cornell University Press, 1990, p. 209-253.

Recebido em 15.Jul.2013
Aceito em 30.Jul.2013